DOCUMENTOS DA CNBB – 80

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL

EVANGELIZAÇÃO
E MISSÃO PROFÉTICA DA IGREJA

Texto aprovado pela 43ª Assembléia Geral

Itaici – Indaiatuba (SP), 9 a 17 de agosto de 2005

NOVOS DESAFIOS

Paulinas

Direção-geral: Flávia Reginatto
Editora responsável: Vera Ivanise Bombonatto
Revisão: CNBB

Nenhuma parte desta obra poderá ser reproduzida ou transmitida por qualquer forma e/ou quaisquer meios (eletrônico ou mecânico, incluindo fotocópia e gravação) ou arquivada em qualquer sistema ou banco de dados sem permissão escrita da Editora. Direitos reservados.

Paulinas

Rua Pedro de Toledo, 164
04039-000 – São Paulo – SP (Brasil)
Tel.: (11) 2125-3549 – Fax: (11) 2125-3548
http://www.paulinas.org.br – editora@paulinas.org.br
Telemarketing e SAC: 0800-7010081

© Pia Sociedade Filhas de São Paulo – São Paulo, 2005

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO 11

INTRODUÇÃO 15

Capítulo 1
EVANGELIZAÇÃO E PROFETISMO 21
1. O profetismo no Antigo Testamento 22
2. O profetismo no Novo Testamento 24
3. A Igreja continua a profecia de Jesus 26
3.1. A partir da pessoa 28
3.1.1. O testemunho e o diálogo 28
3.1.2. O anúncio da salvação em Cristo 29
3.2. A comunidade como profecia em uma cultura individualista 29
3.3. O serviço da solidariedade 30
3.4. A caminho do reino definitivo 31

Capítulo 2
O TESTEMUNHO DA FÉ CRISTÃ E O PLURALISMO CULTURAL E RELIGIOSO 35
1. Visão crítica da sociedade atual 35
1.1. A Sociedade em mudança 35
1.2. Conquistas da modernidade 36
1.3. A crise da modernidade e da razão iluminista 38

1.4. Alterações culturais
e exclusão dos pobres 39
1.5. Individualismo e fragmentação 42
1.6. Horizontes sem transcendência 44
1.7. A antropologia em questão 46
1.8. O pluralismo ético e religioso:
subjetivismo e relativismo 48
2. A missão da Igreja diante
do pluralismo cultural e religioso 51
2.1. Valorização da pessoa: a nova humanidade
(CNBB, Doc. 71 e 72; EA) 52
2.1.1. O conteúdo da evangelização 52
2.1.2. A presença hoje de Jesus Ressuscitado
(Jo 20,1-21.25; Mt 28,20), (NMI, n. 29) ... 53
2.1.3. Mudam os relacionamentos 54
2.2. Comunidade – testemunho de comunhão
(Doc. 71, nn. 104-111.139-151) 55
2.2.1. O ideal da comunidade eclesial 55
2.2.2. "Tende em vós os mesmos
sentimentos de Cristo Jesus"
(Fl 2,5-8) 57
2.2.3. Os discípulos se alimentam
da Eucaristia 59
2.2.4. "Senhor, fazei-me instrumento
da vossa paz" (Doc. 72, nn. 26-27) 60
2.2.5. O ímpeto missionário e o testemunho 61
2.3. Caminhos para a construção

de uma sociedade justa e fraterna
(Doc. 71, nn. 156-175 62
2.3.1. Em diálogo com todos (ES) 62
2.3.2. O protagonismo social e político
para enfrentar problemas concretos..... 64
3. Possíveis pistas de ação (Doc. 72, nn. 25-26;
Doc. 71, nn. 84-85.123.176-185) 66
3.1. Formar e animar comunidades eclesiais 67
3.2. Novos horizontes para a juventude (cf. Puebla) ... 68
3.3. Acreditar na família 70
3.4. Obras que nascem da fé 71
3.5. Promover Centros Culturais 71
3.6. Incrementar novas formas de trabalho..... 72

CAPÍTULO 3
O COMPROMISSO DA IGREJA EM FAVOR
DA INCLUSÃO SOCIAL 73
1. A realidade da exclusão..... 73
1.1. Um fenômeno chocante 73
1.2. Muitas formas de exclusão 75
1.3. A raiz da exclusão..... 77
1.4. Renda, terra e trabalho..... 81
1.5. Os impactos da pobreza 84
2. Construir a inclusão solidária..... 85
2.1. Princípios e valores comuns
na luta contra a exclusão..... 87
2.2. O papel do Estado e as políticas públicas..... 88
2.3. Iniciativas da sociedade civil 90

2.4. A atuação da Igreja Católica 92

CAPÍTULO 4
DIGNIDADE HUMANA E BIOTECNOLOGIAS 99
1. Nova realidade: fascinante e preocupante 99
1.1. Constante atenção da Igreja 99
1.2. Genética e biotecnologia: das pressuposições às presumíveis certezas 100
1.3. Genética: desvendando muitos segredos e levantando muitos questionamentos 102
1.4. Biotecnologia: expressão de um novo poder 104
2. Conquistas e esperanças 106
2.1. Avanços em termos produtivos e médicos 106
2.2. Possíveis avanços em termos de consciência e práticas sociais 109
3. Missão profética da Igreja: anunciar o Evangelho da Vida 111
3.1. As razões da nossa fé 112
3.1.1. Tudo foi feito por Ele (Jo 1,2) 112
3.1.2. A Igreja na promoção da vida e da dignidade humana (DGAE, nn. 64s) 115
3.1.3. Queremos colaborar na construção da cultura da vida 117
3.2. Recordando algumas posições 118
3.2.1. Todos têm direito a um lar 118
3.2.2. Os embriões são revestidos

de dignidade 119
3.2.3. A vida é um processo contínuo que tem início no momento da fecundação 121
3.3. Iluminando algumas questões recentes 122
3.3.1. "Sim" às pesquisas com células-tronco adultas 122
3.3.2. "Sim" à vida em todas as etapas e em todas as suas manifestações 125
3.3.3. "Sim" à biodiversidade 127
4. Propostas concretas 129
4.1. Às instituições, oferecemos subsídios para cursos de Bioética 130
4.2. À sociedade, propomos diálogo leal 130
4.3. Aos agentes de pastoral 132

CONCLUSÃO
JESUS CRISTO, ESPERANÇA DA HUMANIDADE 135

SIGLAS 141

APRESENTAÇÃO

A 43ª Assembléia Geral da CNBB (Itaici, SP, de 9 a 17 de agosto de 2005), teve como tema central a evangelização e missão profética da Igreja diante dos novos desafios. Três foram os desafios tomados em especial consideração: o pluralismo cultural e religioso, a exclusão social persistente no Brasil e as questões éticas decorrentes das novas biotecnologias.

A escolha desse tema, vasto e complexo, foi motivada pelo desejo dos bispos de oferecerem sua palavra de discernimento e orientação para os cristãos católicos e para toda a sociedade sobre esses novos desafios. Com freqüência, os bispos e a CNBB, seu organismo representativo, são interpelados sobre qual é a palavra da Igreja em relação às várias questões da vida em sociedade. Essas ocasiões são propícias para anunciar o Evangelho e para exercitar a missão profética da Igreja.

A evangelização, de fato, inclui a dimensão profética. A consciência da missão recebida de Jesus Cristo leva os pastores da Igreja a olharem a realidade que os cerca sob a luz do Evangelho de Jesus Cristo. A palavra profética, por vezes, é crítica, sobretudo quando estão em jogo a dignidade da pessoa, a sacralidade da vida, a justiça social e a forma de viver a religião. Mas também é uma palavra carregada de esperança, pois brota da certeza de que a verdade e o bem

sempre encontram corações sensíveis e meios de se afirmarem, uma vez que estão fundados em Deus. O Espírito de Deus trabalha sempre e continua a renovar a face da terra.

O tema central da Assembléia Geral dos bispos foi preparado por uma Comissão, escolhida ainda em outubro de 2004 e integrada por quatro bispos, além de peritos nas várias áreas contempladas e assessores. Antes mesmo da Assembléia Geral, todos os bispos tiveram a oportunidade de conhecer o texto de trabalho e de oferecer suas contribuições para a Comissão. Finalmente, durante a Assembléia Geral, o texto foi discutido e reelaborado, com a participação intensa dos membros da Assembléia, e recebeu a aprovação praticamente unânime do episcopado.

Evidentemente, este Documento não esgota todo o ensinamento da Igreja sobre os aspectos envolvidos nos três grandes desafios tomados como tema; ele remete necessariamente para todo o vasto patrimônio do Magistério da Igreja, especialmente as encíclicas pontifícias.

Desejam os bispos que este Documento seja lido e assimilado nas comunidades e que ele possa contribuir de maneira eficaz para a evangelização. Ele é especialmente recomendado aos sacerdotes e a todas as pessoas que devem transmitir o ensinamento da Igreja e formar a consciência dos fiéis. Com certeza, o texto também será uma referência útil para todas as pessoas que desejam conhecer o pensamento do episcopado brasileiro sobre as várias questões contempladas.

Quero registrar aqui o agradecimento da CNBB à Comissão do tema central, que se dedicou muito e trabalhou intensamente. Deus os recompense.

Brasília, 23 de agosto de 2005, festa de santa Rosa de Lima, Padroeira da América Latina.

† *Dom Odilo Pedro Scherer*

Bispo Auxiliar de São Paulo
Secretário-Geral da CNBB

INTRODUÇÃO

Com este título, a CNBB quer abordar, do ponto de vista de sua missão, algumas questões que, no presente momento de nossa história, interpelam profundamente nossa consciência de pastores. Isso porque a Igreja, peregrina na História, se sente solidária com todos os seres humanos, sobretudo com os pobres, comungando com seus sofrimentos e vivendo suas esperanças (GS, n. 1). Alegra-se com as conquistas da humanidade e sofre com suas dores. Em espírito de serviço e de diálogo, guiada pela luz do evangelho, oferece sua contribuição para a promoção da justiça e da paz no coração do mundo (GS, n. 3). No cerne de suas preocupações estão a "pessoa humana, que deve ser salva", e "a sociedade, que deve ser renovada" (GS, n. 3).

No presente momento de tão radicais mudanças culturais, em que se verifica uma profunda crise de valores, é *dever da Igreja proclamar a Boa Nova da Paz, a Palavra profética de Jesus Cristo*. Compete à sua missão profética, firmada na revelação e na lei natural, uma palavra sobre questões atuais que tocam muito de perto a dignidade da pessoa, a sacralidade da vida e a própria forma de viver a religião.

Estamos conscientes do dever que temos como parcela significativa da sociedade brasileira e conscientes da missão da Igreja na formação cultural de nosso país. Por isso, não é aceitável a posição de grupos de mentalidade laicista que, em nome do Estado laico, pretendem negar à Igreja, e às

religiões em geral, o direito de pronunciar-se sobre questões éticas que afetam a vida das pessoas e da sociedade. A laicidade do Estado é uma conquista, expressão de uma sociedade verdadeiramente democrática, em que todos os grupos e instituições, também as religiosas, possam participar em condições de igualdade. Já o laicismo é uma mentalidade, de origem positivista, que nega à religião o direito de participar das decisões que dizem respeito à vida da sociedade.

Numa sociedade pluralista e democrática todos têm o direito de apresentar e defender suas convicções. Ainda assim, é preciso deixar claro que valores éticos e morais não se definem pelo consenso da maioria através de um processo de votação, sob pressão de propaganda organizada.

Nossa intenção, além de alertar as consciências sobre medidas e propostas de leis que ferem a dignidade do ser humano e atentam contra a vida, é aprofundar a convicção de que somente mediante um processo de evangelização metódico e pedagogicamente conduzido será possível forjar uma nova cultura na qual os valores do evangelho e a defesa da dignidade da vida humana estejam de fato presentes na dinâmica da vida social, fazendo surgir a civilização do amor e da solidariedade. Isso só será possível mediante a formação das consciências, onde os valores da vida sejam, mesmo não reconhecidos em lei, assumidos pessoalmente pelos discípulos e discípulas de Jesus Cristo. Reconhecemos que, nem sempre, conseguimos formar os católicos para colocarem em prática os valores evangélicos. Por isso, separação entre fé e vida continua a ser o drama do cristianismo na atualidade.

O primeiro conjunto de questões aqui abordadas refere-se às profundas mudanças culturais que deitam suas raízes na modernidade e na sua crise e que se intensificaram recentemente com o processo de globalização e com o avanço vertiginoso e desordenado da urbanização e, conseqüentemente, o desenraizamento cultural das populações de cultura tradicional rural. Assim como na concepção liberal procura-se subtrair o processo econômico de uma avaliação ética externa, do mesmo modo tende-se a subtrair o conjunto da existência humana de qualquer orientação moral, ficando a pessoa livre para buscar, sem mais, tudo aquilo que lhe dá satisfação ou que lhe parece mais eficaz do ponto de vista prático. O empenho pessoal e o espírito de sacrifício cedem lugar à esperteza de artifícios inteligentes que permitam a máxima satisfação com o mínimo de esforço.

Semelhante concepção afeta também a própria vivência religiosa, que, desvinculada de exigências doutrinais e éticas mais significativas, passa a ser uma opção puramente subjetiva em função de necessidades e interesses subjetivos de toda ordem. Nesse sentido, preocupa-nos sobremaneira o fato de muitos católicos estarem perdendo sua ligação com a Igreja na qual foram batizados, mudando de religião ou tornando-se indiferentes.

Essa situação, já descrita em nossas atuais *Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora* (nn. 54-62) e retomadas no Projeto Nacional de Evangelização (PNE) *Queremos ver Jesus*, será no presente documento objeto de novas considerações no sentido de reforçar a busca de respostas pastorais

mais adequadas para os desafios aí constatados. Diante do processo de fragmentação da cultura e de crescente influência do individualismo, com o conseqüente esvaziamento da objetividade no campo da ética e da religião, queremos afirmar a importância da comunidade e das relações fraternas profundas em seu seio. Trata-se, no fundo, de encontrar os caminhos concretos para realizar a fraternidade, conforme Mt 23,8: "vós todos sois irmãos" (DGAE, Doc. 71, nn. 112-150).

O segundo conjunto se refere ao problema, jamais plenamente resolvido, da exclusão social. Exclusão e violência andam juntas. A violência da exclusão cria as condições para outras formas de violência. Muitas pessoas, por ambição, e outras, impossibilitadas de terem acesso aos bens necessários, frustram-se e deixam-se tomar pelo desânimo, quando não partem para formas fáceis de ganhar dinheiro, como é o caso do comércio de drogas, que tem levado tantos jovens ao crime e à morte prematura.

A perda progressiva do senso ético e o individualismo, presente em todas as dimensões da existência pessoal e social, estão na raiz das injustiças que continuam a produzir sofrimento para os mais fracos e indefesos. A sociedade está profundamente enferma: o vírus do egoísmo a corrói por dentro.

Diante das conseqüências nefastas de uma globalização excludente, desejamos realçar a solidariedade como o valor realmente capaz de forjar uma sociedade justa e fraterna. Queremos, pois, no presente documento, avaliar com mais cuidado, do ponto de vista ético, essa situação e aprofundar o significado da proposta cristã: a realização da solidariedade, conforme o

livro dos Atos dos Apóstolos: "não havia necessitados entre eles" (At 4,34; DGAE, Doc. 71, nn. 152-203).

O terceiro conjunto nasce do avanço da biotecnologia e das perspectivas que se abrem para a pesquisa nesse campo. Levantam-se perguntas, especialmente importantes do ponto de vista ético, tais como as referentes à utilização de células-tronco, extraídas de embriões congelados. A propaganda televisiva tem sugerido ser não só eticamente possível mas até necessário o uso de embriões para fins de pesquisa da qual se presume obter inúmeros benefícios para a cura de várias doenças. Pretende-se uma liberdade sem limites no campo da pesquisa científica, retomando com renovada força o falso princípio de que os fins justificam os meios.

Diante dos riscos da manipulação genética e do abuso de pesquisas com células-tronco embrionárias, queremos afirmar a inviolável dignidade da pessoa e o valor sagrado da vida humana desde sua concepção.

Ao se pronunciar sobre tais questões, a Igreja o faz a partir de princípios éticos e sobretudo iluminada pela Revelação, que proclama a inviolável dignidade da pessoa humana, como também fundamentada na Ciência, que explicita para nós o início e o processo de desenvolvimento da vida do ser humano tal como a divina sabedoria os constituiu. Trata-se de resguardar o valor sagrado da pessoa, desde o primeiro instante de sua vida (DGAE, Doc. 71, n. 68).

Capítulo I
EVANGELIZAÇÃO E PROFETISMO

Ao falarmos de *Evangelização e Profetismo* queremos ressaltar a dimensão histórica da evangelização. A Exortação Apostólica *Evangelii Nuntiandi* (EN) nos ensina que "a evangelização há de conter também sempre — ao mesmo tempo como base, centro e ápice do seu dinamismo — uma proclamação clara que, em Jesus Cristo, Filho de Deus feito homem, morto e ressuscitado, a salvação é oferecida a todos os homens, como dom da graça e da misericórdia do mesmo Deus" (EN, n. 27). E insiste: "uma salvação transcendente e escatológica" (idem). A mesma exortação nos ensina ainda que a evangelização acontece também como resposta às questões que em determinado momento da história da humanidade ou de um povo são especialmente importantes para a vida das pessoas e da sociedade: "A evangelização não seria completa se ela não tomasse em consideração a interpelação recíproca que se fazem constantemente o Evangelho e a vida concreta, pessoal e social. É por isso que a evangelização comporta uma mensagem explícita, adaptada às diversas situações e continuamente atualizada: sobre os direitos e deveres de toda a pessoa humana e sobre a vida familiar, sem a qual o desabrochamento pessoal quase não é possível; sobre a vida em comum na sociedade; sobre a vida internacional, a paz, a justiça e o desenvolvimento; uma mensagem sobremaneira vigorosa em nossos dias, ainda, sobre a libertação" (EN, n. 29).

A onda secularizante da cultura moderna, a falência das utopias sustentadas pelas promessas do Iluminismo e a

força desagregadora do processo de globalização, balizado por critérios puramente econômicos, voltados para o consumo, geraram um vazio tal, de esperança e de valores, que a missão de evangelizar nos aparece cada vez mais como a urgência das urgências.

Evangelizar é uma ação eminentemente profética, anúncio de uma Boa Nova portadora de esperança. A profecia será, pois, a forma mais eficaz de anunciar a Boa Nova. Trata-se, com efeito, de anunciar Jesus Cristo como o caminho de salvação e a resposta para os graves problemas que nos afligem. Faz-se, pois, necessário aprofundar a dimensão profética da ação evangelizadora com suas conseqüências para a nossa atuação diante dos desafios que a nova cultura nos coloca. Sobre isso nos alerta João Paulo II: "Uma fé que não se torna cultura é uma fé não plenamente acolhida, não inteiramente pensada e nem fielmente vivida" (*Carta instituindo o Pontifício Conselho para a Cultura*, 20.5.1982).

1. O profetismo no Antigo Testamento

Em uma conceituação mais ampla, profetas foram todos aqueles por meio dos quais a revelação de Deus foi comunicada na história da salvação. O profeta-tipo é Moisés, o mediador da Antiga Aliança (Dt 18,15; 34,10). O profetismo no sentido estrito, como movimento religioso, se constituiu, em continuidade com a missão de Elias, com a atuação dos profetas. Com Moisés, a experiência do mistério transcendente

de Deus vem indissociavelmente unida com a experiência histórica do Êxodo, acontecimento fundante da identidade de Israel como Povo da Aliança, a quem é confiada a Lei como caminho de vida. O próprio nome revelado de Deus — Javé — traduz essa experiência: o Deus, mistério santo, se faz presença para libertar seu povo.

Moisés e a experiência do Êxodo são, pois, referência fundamental para toda palavra profética posterior. A temática do Êxodo perpassa todo o Antigo Testamento e se faz especialmente presente na atuação dos profetas, preparando assim a manifestação de Jesus como novo Moisés, que vem realizar um novo Êxodo e instituir uma Nova Aliança, agora definitivos.

Os profetas viveram uma profunda experiência de Deus, origem de sua vocação (Jr 1,4-10; Is 6,1-8), a partir da qual, iluminados pelo Espírito, interpretavam os acontecimentos e proclamavam os juízos de Deus sobre eles, revelando as intenções divinas sobre a história, denunciando os pecados e infidelidades do povo e de seus dirigentes, chamando à con-versão e apontando os caminhos a serem percorridos na fidelidade aos desígnios divinos. Em momentos de sofrimento os profetas foram sempre arautos da esperança, vislumbrando e anunciando tempos melhores, quando Deus mesmo haveria de intervir para mudar a sorte da humanidade. Com eles aprofundou-se a consciência do pecado como mal radical e se desenhou a esperança de uma salvação nova, de uma Nova Aliança, de um Messias, de um tempo de justiça e paz

em que o Espírito de Deus seria abundantemente derramado sobre a humanidade. Foram místicos no sentido mais profundo da palavra. Seduzidos e tomados pelo mistério de Deus, interpretaram à luz desta experiência os acontecimentos da história, dela participando como testemunhas da Aliança até o sacrifício de suas vidas. Anunciaram assim, pela palavra e pela vida, a vinda do Messias.

2. O profetismo no Novo Testamento

Depois de um longo tempo de silêncio, o profetismo reaparece com João Batista, de modo que muitos se perguntavam se não seria ele o profeta anunciado em Dt 18,15 (Jo 1,21). Mas é em Jesus que o profetismo chega ao apogeu de seu significado, quando a Palavra anunciada pela voz dos profetas e de João veio pessoalmente armar sua tenda entre nós. Foi como profeta que por primeiro Jesus foi identificado: "Um profeta poderoso em obra e em palavra, diante de Deus e diante de todo o povo" (Lc 24,19). O Espírito de Deus estava sobre Ele e o conduziu em toda a sua existência, ungindo-o para anunciar a Boa Nova aos pobres, para proclamar a libertação aos presos e, aos cegos, a recuperação da vista; para dar liberdade aos oprimidos e proclamar um ano de graça da parte do Senhor (Lc 4,16-22).

Se os profetas se caracterizam por terem sido pessoas tomadas pela Palavra, Jesus, sendo a Palavra em pessoa, realiza em si mesmo, em sua vida, atitudes, gestos e pregação, a plenitude da profecia. Sua existência histórica, sua morte e

ressurreição devem ser entendidas não só como cumprimento das profecias mas, elas mesmas, como profecia, como testemunho permanente do mistério de Deus, como anúncio de seu desígnio de amor, como convite à conversão, como luz que revela o segredo de toda a história e de cada momento.

Jesus, o Filho de Deus, é a Palavra encarnada, o missionário do Pai, totalmente inserido na história, solidário com todos os seres humanos. Suas palavras e seus gestos, sua atitude e suas obras, seu mistério pascal, eram em si mesmos anúncio da Boa Nova do Reino a exigir conversão, mudança radical de mentalidade e de coração, um rumo novo para a história. Qualquer atitude ou gesto de Jesus proclamava o infinito amor de seu Pai por nós. Inseparavelmente, revelava também para as consciências dos que o viam e ouviam, a secreta e sutil presença do mal, na vida das pessoas e na cultura de seu tempo. O gesto de assentar-se à beira do poço de Jacó e pôr-se em diálogo com uma mulher, samaritana e pecadora, era por si mesmo, anúncio da Boa Nova da misericórdia de Deus e denúncia dos preconceitos humanos que infectavam a cultura de seu tempo e de seu povo (Jo 4,4ss).

A presença e a palavra de Jesus anunciam um futuro, já iniciado — o Reino —, maravilhoso para a humanidade, e explicitam que rupturas se devem fazer para concretizá-lo no hoje da história. Ele teve a lucidez do Espírito para perceber as articulações do mal nas pessoas e na cultura de seu tempo, a coragem de denunciá-las, apontando caminhos de conversão, e teve profunda compaixão diante de suas vítimas — todos nós — pelas quais ofereceu sua vida. A forma como

se entregou ao Pai consuma sua existência profética e é ela mesma a profecia que nos aponta o caminho da doação, do perdão e da reconciliação como o único caminho possível para uma transformação radical da história humana.

3. A Igreja continua a profecia de Jesus

Ressuscitado, Jesus comunica à sua Igreja o Espírito Santo, que o conduzira em sua existência histórica, para que ela leve a todos os recantos, em todos os momentos da história, sua mensagem. Ele mesmo, pelo Espírito, está presente e atuante na Igreja, seu Corpo, capacitando-a todos os dias para que seja testemunha de Deus no coração do mundo. Ela mesma deve se deixar converter pelo Evangelho, que, atentamente, todos os dias escuta de seu Senhor, procurando conformar-se em sua vida e em suas estruturas ao projeto do Reino de Deus.

A dimensão profética é dimensão essencial da missão evangelizadora da Igreja. O querigma evangélico, desde o início da pregação apostólica, foi proposto sob a forma de uma profecia. O anúncio de Jesus Cristo, morto e ressuscitado, aquele Jesus que "vocês mataram", era de tal modo feito que muitos corações se deixavam tocar, vindo à tona a consciência do pecado e a disposição de conversão. O anúncio do querigma é autêntico quando capaz de provocar a mudança, o início de um caminho novo.

A Igreja anuncia a Boa Nova dentro de uma cultura determinada, com seus valores e seus pecados e, por isso,

estará sempre de novo fazendo tomar consciência da articulação do mal na história concreta da pessoa, das comunidades e da sociedade como um todo, sempre sob a luz da promessa divina de uma vida plena cujo desejo o Criador colocou nas profundezas do coração humano.

A Igreja, pela evangelização, "procura converter ao mesmo tempo a consciência pessoal e coletiva dos homens, a atividade em que eles se aplicam, e a vida e o meio concreto que lhes são próprios" (EN, n. 18). A Igreja deseja "atingir e como que modificar pela força do Evangelho os critérios de julgar, os valores que contam, os centros de interesse, as linhas de pensamento, as fontes inspiradoras e os modelos de vida da humanidade, que se apresentam em contraste com a Palavra de Deus e com o desígnio da salvação" (EN, n. 19). Poder-se-ia exprimir tudo isso dizendo: "Importa evangelizar, não de maneira decorativa, como que aplicando um verniz superficial, mas de maneira vital, em profundidade e isto até às suas raízes, a civilização e as culturas do homem, no sentido pleno e amplo que estes termos têm na Constituição *Gaudium et Spes* (n. 50) a partir sempre da pessoa e fazendo continuamente apelo para as relações das pessoas entre si e com Deus" (EN, n. 20). É preciso superar a "ruptura entre o evangelho e a cultura" (EN, n. 20).

Participantes da missão profética da Igreja, *os fiéis leigos e leigas*, empenhados em iluminar o mundo com a luz de Cristo em todos os ambientes, tornam-se sujeitos privilegiados da inculturação do evangelho para a construção do Reino na história.

3.1. A partir da pessoa

De fundamental importância a indicação de Paulo VI de que uma evangelização que queira atingir as raízes da cultura deva se realizar sempre a partir da pessoa, "fazendo continuamente apelo para as relações das pessoas entre si e com Deus" (EN, n. 20). Na verdade não haverá mudança nem da cultura nem das estruturas sociais sem a conversão da pessoa, a partir do núcleo profundo de seu ser, de sua consciência, "sacrário do homem onde ele está sozinho com Deus e onde ressoa sua voz" (GS, n. 16; cf. PNE, p. 15).

Para que a proclamação da Palavra seja eficaz, é necessário que ela se faça com a força impactante da profecia, com audácia (*parhessia*), capaz de ressoar nas raízes da pessoa lá onde Deus plantou o desejo de encontrá-lo. Ao ouvir o querigma a pessoa deveria poder experimentar a Morte e Ressurreição do Senhor como mistério que a envolve e lhe afeta profundamente a própria existência. Quem o proclama, se não o faz de dentro desta mesma experiência, não estará falando de uma realidade atual que lhe toca as raízes e, por isso, torna-se incapaz de fazer uma proclamação que leve à conversão.

3.1.1. O testemunho e o diálogo

O profeta do Novo Testamento é um convertido, sempre atento às exigências do evangelho dentro do contexto em que vive. Quando ele anuncia, ele o faz como testemunha que aqui e agora experimenta o mistério, que ouviu, que viu com os próprios olhos, que contemplou e que suas mãos apalparam (1Jo 1,1-3), e o faz em diálogo e solidariedade com aquele que o escuta, sabendo, por experiência, de suas dores, angústias, esperanças e pecados (EN, n. 21).

3.1.2. O anúncio da salvação em Cristo

Paulo VI nos adverte: "A Boa Nova proclamada pelo testemunho da vida deverá, mais tarde ou mais cedo, ser proclamada pela palavra da vida. Não haverá nunca evangelização verdadeira se o nome, a doutrina, a vida, as promessas, o reino, o mistério de Jesus de Nazaré, Filho de Deus, não forem anunciados" (EN, n. 22).

Ao organizarmos nossas pastorais, articulando-as em torno das quatro exigências da evangelização — serviço, testemunho, diálogo e anúncio —, devemos ter o cuidado de não passar a idéia de que o anúncio é missão apenas de alguns. O anúncio, mais do que uma obrigação do cristão, será sua alegria, a revelação do sentido profundo de sua vida partilhado com os outros. "Ai de mim se não evangelizar" (1Cor 9,16), exclamava São Paulo. Temos muitas atividades pastorais e restam muitas necessidades que nos interpelam; faltam-nos convertidos para abraçá-las e transformá-las em tantas outras maneiras de tornar o evangelho de Jesus conhecido.

3.2. A comunidade como profecia em uma cultura individualista

A comunidade é fruto do anúncio e cresce em qualidade pela progressiva assimilação da mensagem de Jesus. A Igreja é a comunidade dos discípulos e discípulas, cujo sinal distintivo é a caridade. A comunhão é a profecia sem a qual a palavra da Igreja será vazia. "Fazer da Igreja a casa e a escola da comunhão: eis o grande desafio que nos espera no milênio que começa, se quisermos ser fiéis ao desígnio de Deus e corresponder às expectativas mais profundas do

mundo" (NMI, n. 43).

Face à cultura cada vez mais narcisista, a Igreja é chamada a testemunhar o amor de Deus, sendo o espaço onde se aprende a viver e a difundir a experiência da comunhão no Espírito, tornando-se os cristãos missionários da comunhão, no coração do mundo, geradores de relações sempre mais fraternas. Os frutos, dentre outros, da comunhão se traduzirão no aumento do número dos que crêem, conforme lemos sobre a primeira comunidade no livro dos Atos dos Apóstolos (At 2,47; cf. PNE, pp. 15 e 16).

3.3. O serviço da solidariedade

A comunhão eclesial não se fecha em si mesma, mas torna-se fermento de relações novas dentro da sociedade humana. Assim nos ensina o Papa João Paulo II: "Partindo da comunhão dentro da Igreja, a caridade abre-se, por sua natureza, ao serviço universal, frutificando *no compromisso dum amor ativo e concreto por cada ser humano*. Esse âmbito qualifica de modo igualmente decisivo a vida cristã, o estilo eclesial e a programação pastoral. É de esperar que o século e o milênio que estão a começar hão de ver a dedicação a que pode levar a caridade para com os mais pobres" (NMI, n. 49). Caminhar nesse sentido é fazer da profecia o modo de ser Igreja, conforme nos afirma João Paulo II: "Por isso, devemos procurar que os pobres se sintam, em cada comunidade cristã, como 'em sua casa'. Não seria este estilo a maior e mais eficaz apresentação da Boa Nova do Reino?" (NMI, n. 50). Em um mundo em que se abandonam os pobres, que

gesto profético mais significativo do que este poderia a Igreja fazer? (cf. PNE, p. 16). "Não podemos nos iludir: pelo amor mútuo e, em particular, por quem está necessitado, seremos reconhecidos como verdadeiros discípulos de Cristo" (cf. Jo 13,35; Mt 25,31-46; MND, n. 28).

Ensina-nos ainda João Paulo II: "Esta vertente ético-social é uma dimensão imprescindível do testemunho cristão: deve-se rejeitar a tentação duma espiritualidade intimista e individualista, que dificilmente se coaduna com as exigências da caridade, com a lógica da encarnação e, em última análise, com a própria tensão escatológica do cristianismo" (NMI, n. 52). Só poderemos ter uma sociedade justa e solidária mediante uma espiritualidade que leve em conta esse aspecto fundamental da vida cristã (cf. EN, n. 29).

3.4. A caminho do reino definitivo

A luz que preside e dá consistência à profecia cristã é escatológica: o anúncio de um futuro para além da história, onde todo o mal será abolido (Ap 21,1-5). É a esperança desse tempo, um "tempo eterno", que sustenta os cristãos no caminho e no esforço de construir uma história na qual de alguma forma já brilhe a luz do mundo vindouro.

O tempo presente é marcado pela cruz, a cruz de nossos pecados, que o amor e a paciência de nossa esperança, unidos à Cruz de Cristo, transformam em redenção para nós e para toda a humanidade. A fé do cristão não se fundamenta em nenhuma utopia humana, mas na promessa de Deus e na certeza da segunda vinda do Senhor. Por isso mesmo, diante do possível

fracasso de projetos pessoais ou coletivos e da insuficiência das utopias humanas, ele continua empenhado na missão de amar e de construir a fraternidade no mundo. A presença do reino na história está garantida pela promessa de Jesus: "Eu estarei convosco até a consumação do mundo" (Mt 28,20).

Quando o sofrimento se torna intenso e se ausentam as razões humanas de esperar, a força do reino, presente pelo Espírito do Senhor, sustenta os discípulos e os torna sinais de esperança e de vida para os companheiros de caminhada, tal como o testemunhou João Paulo II em seus últimos dias de vida. O mistério da cruz acompanha o discípulo e deve ser assumido na fé como força redentora. Já no Antigo Testamento os profetas aparecem como aqueles que sustentam o povo em momentos de profunda crise, quando tudo parecia ter acabado. O sofrimento humano, vivido pelo justo, servo de Deus, chega a ser compreendido como salvação para toda a humanidade (Is 52,13; 53).

Longe de serem uma alienação, a fé e a esperança cristãs mantêm os cristãos sempre operosos pela caridade no tempo da história, sobretudo em momentos de crise e sofrimento. Sem essa dimensão corremos o risco de passar para as pessoas um otimismo histórico ilusório, com expectativas de mudança que, não realizadas, geram frustração e desencanto. É o que nos ensina Paulo VI a respeito da salvação em Jesus Cristo, a ser proclamada de modo claro e "oferecida a todos os homens, como dom da graça e da misericórdia do próprio Deus. E não já uma salvação imanente ao mundo, limitada às necessidades materiais ou mesmo espirituais, e que se exau-

risse no âmbito da existência temporal e se identificasse, em última análise, com as aspirações, com as esperanças, com as diligências e com os combates temporais; mas sim uma salvação que ultrapassa todos estes limites, para vir a ter a sua plena realização numa comunhão com o único Absoluto, que é o de Deus: salvação transcendente e escatológica, que já tem certamente o seu começo nesta vida, mas que terá realização completa na eternidade" (cf. EN, nn. 27 e 28).

Capítulo 2
O TESTEMUNHO DA FÉ CRISTÃ E O PLURALISMO CULTURAL E RELIGIOSO

1. Visão crítica da sociedade atual

1.1. A Sociedade em mudança

A sociedade moderna caracteriza-se por *mudanças* de grande porte nos campos da economia, da política e da cultura, com repercussões significativas em todos os aspectos da existência pessoal e social. Essas mudanças, que assumem um ritmo particularmente acelerado no Brasil depois da Segunda Guerra Mundial, são fruto do desenvolvimento técnico e científico, que constitui a grande força renovadora das sociedades ocidentais.

A certeza de que as ciências, como expressão mais elevada da razão, conseguiriam realizar uma convivência social e política marcada pela paz e pelo bem-estar caracterizou a modernidade até o início do século XX. Ela *desmoronou* diante das duas guerras mundiais e de outros problemas que tornaram o século passado, ao mesmo tempo, o século de grandes conquistas e o de inauditas violências com graves ameaças à liberdade e à dignidade dos seres humanos.

A ciência continua, no presente, a apresentar *conquistas extraordinárias* que podem melhorar a existência humana, mas podem também abrir o caminho para *horrores* ainda

maiores que os produzidos no século passado à medida que se torna instrumento do poder e do lucro.

A razão científica conhece seus próprios limites ao conceituar ou definir os fins e o uso mais adequado dos seus inventos para realizar o bem e a felicidade das pessoas humanas. Assim, não podem ser os descobridores da energia atômica a decidir como ela deverá ser usada para o bem da humanidade. Mas também não se pode deixar essa decisão às grandes multinacionais, interessadas apenas no lucro, ou aos governantes interessados no poder. É necessário um debate nacional amplo, através do qual a população possa, efetivamente, participar e ser ouvida pelos legisladores. O que está em questão não é a confiança na razão, a certeza de que o desenvolvimento científico e técnico representa um instrumento precioso para melhorar as condições da existência das pessoas e dos povos, mas a liberdade, a dignidade e a felicidade de cada pessoa humana.

Nem todos os cientistas, diante de suas descobertas, aceitam o debate a respeito da dignidade humana e da busca do verdadeiro bem, procurando remover a participação da sociedade e da Igreja como obstáculo à expansão de seus interesses e de seu poder.

1.2. Conquistas da modernidade

O fenômeno que mais profundamente identifica a modernidade é o processo de *racionalização, que prescinde da iluminação da fé*. A razão, que tinha sido exaltada, durante a Revolução Francesa, como a divindade capaz de inaugurar no-

vos tempos, passou a ser sistematicamente aplicada, com um fervor quase messiânico, aos diversos aspectos da realidade.

Na *primeira etapa do processo de racionalização*, a sociedade moderna mostra as suas conotações mais positivas, multiplicando a capacidade produtiva, pelo aproveitamento mais eficaz dos recursos humanos e materiais, graças ao desenvolvimento técnico e científico, de modo a responder de forma mais satisfatória às necessidades humanas.

Além disso, esse período caracteriza-se pela forma participativa das tomadas de decisão na vida social, valorizando o *método democrático, a igualdade* de direitos e de oportunidades e a liberdade de expressão e de agregação. O objetivo era oferecer uma condição mais livre de vida, superando as restrições impostas pelas religiões, consideradas limitadoras da livre expressão da subjetividade. Nessa perspectiva, a sociedade moderna acolhe e valoriza o pluralismo ético, cultural e religioso, apresentando-se como a sociedade da liberdade individual, bem como da racionalidade e da tecnologia.

A *razão parecia capaz* de proporcionar progresso e felicidade. Seus defensores pensavam que para isso seria suficiente vencer a ignorância através da educação e eliminar as superstições que mantinham as pessoas amarradas a antigas tradições. Nós, cristãos, entendemos que na raiz dos males pessoais e sociais reside o fato do pecado original, cujos efeitos perversos contaminam as pessoas, não obstante a Redenção em Cristo, pelo Batismo.

Constituem sintomas da crise da modernidade: a Primeira Guerra Mundial, com seu rastro de destruição; os totalitarismos nazista e stalinista com sua lógica de opressão e morte, como jamais se tinha visto; a Segunda Guerra Mundial e a destruição produzida pelas bombas atômicas. Em épocas mais recentes, tivemos os regimes ditatoriais do Terceiro Mundo, a constante violação dos direitos humanos, o desastre ecológico, a fome de mais de um terço da população mundial, a massa de excluídos nos próprios países ricos, a extensão do comércio de armas e o narcotráfico, a crise do mundo socialista e as guerras da atualidade. Esses fatos não têm suas origens somente nas áreas "atrasadas" do mundo, nos setores que ainda não são modernos; pelo contrário, especialmente no caso da produção das armas e da devastação ecológica, é exatamente a parte mais avançada da sociedade moderna que tem a maior responsabilidade. Trata-se *da crise da razão iluminista*, reduzida a instrumento do poder e do lucro.

No Brasil, as idéias modernas foram trazidas pelos filhos de fazendeiros que iam estudar na França ou em Portugal, enquanto a organização social e a política permaneciam bastante arcaicas. Criou-se, assim, uma *classe dirigente distante da cultura e da sensibilidade popular*, que não realizou reformas sociais e políticas capazes de favorecer a integração e a inclusão das camadas populares em níveis mais elevados de escolarização e de participação democrática.

A racionalidade iluminista, a partir do positivismo que tanto influenciou as classes dirigentes do Brasil no século

XIX, dedicou-se preferencialmente aos aspectos da realidade que podem ser quantificados e medidos, ignorando tudo o que ultrapassa a capacidade de calcular e negando qualquer possibilidade de transcendência. Assim, ela não mais compara seus produtos com as exigências elementares do ser humano, como as exigências de liberdade, justiça, verdade, felicidade. Por isso, *a razão tornou-se incapaz de dar conta* de todos os fatores da realidade, porque a muitos ela deixou fora do seu interesse.

A sociedade moderna entrou em crise porque, mesmo tendo promovido grande desenvolvimento nos domínios das ciências e da técnica, e feito um grande esforço para dominar a natureza e a história, *ignorou importantes aspectos humanos* e acabou conduzindo a razão a servir ao poder econômico, militar, político e ideológico. Ainda se espera que a ciência resolva muitos problemas, especialmente os relativos à saúde, mas o futuro mostra-se problemático, inquietante, cheio de incertezas e de riscos.

1.4. Alterações culturais e exclusão dos pobres

O processo de racionalização afirmou-se em contraposição à história e à cultura precedente, com *a desvalorização do passado*, considerado como o tempo em que os homens e as mulheres estavam sob a tutela de autoridades externas (as Igrejas, as Sagradas Escrituras), percebidas como contrárias à razão e à liberdade, época das superstições e do acúmulo de erros. O centro de gravidade da cultura deslocou-

se do passado para o futuro, isto é, para a experimentação, que inaugura o novo. Motivo da esperança não era mais a memória dos fatos passados, dos heróis e dos santos, mas o futuro, nas realizações que a razão técnica e científica poderia proporcionar. As conquistas científicas e as poderosas ideologias que foram elaboradas nesse mesmo século alimentavam um grande otimismo.

Com a crise da modernidade, chamada também de pós-modernidade, no entanto, as *promessas de progresso* passaram a ser consideradas *destituídas de credibilidade*, como fábulas ilusórias. O futuro luminoso anunciado como certo, quer no plano sociopolítico, quer no técnico-produtivo, começou a aparecer como improvável. As construções utópicas, que procuravam esboçar a imagem do progresso e acelerar o seu advento, desmoronaram. Na primeira etapa da modernidade havia sido desvalorizado o passado, agora era a vez de o futuro perder validade: as promessas utópicas dos mais variados tipos perderam credibilidade.

As possibilidades de vida e de *satisfação* passaram a concentrar-se *no* tempo *presente*. Às visões entusiásticas do progresso histórico sucediam-se horizontes mais curtos, ou seja, uma temporalidade dominada pelo precário e pelo efêmero, marcada pela primazia do aqui e agora. A moda torna-se o fenômeno que mais significativamente encarna essa nova sensibilidade moderna. Sua influência vai além dos salões a ela reservados, tornando-se a forma da economia, da cultura e do comportamento social. A moda assim entendida, deixa

de ser privilégio de uma elite para tornar-se um fenômeno de massa. O consumo que o mercado oferece passa a ser fonte de satisfação, nele concentram-se, agora, as esperanças de realização individual.

Inaugura-se *um tempo separado de suas origens e de seu destino*: homens e mulheres sem raízes e sem metas, a não ser a fruição dos bens que a modernidade estava oferecendo, numa nova edição do *carpe diem* (aproveite o momento). Não faltaram alertas para os problemas de uma cultura que corta suas raízes. Com efeito, o desenraizamento é a doença mais perigosa das sociedades humanas. Cortar os vínculos com sua história, anular a memória de suas festas, foram as condições para manter na escravidão grande contingente de populações africanas. Novas escravidões surgem quando os vínculos de pertença são desvalorizados e as raízes da própria identidade não são cultivadas.

A grande maioria da população do primeiro mundo pode festejar esse dinamismo de consumo, que institucionaliza o efêmero, em benefício de uma emancipação e de uma liberação sem precedentes da esfera subjetiva. O indivíduo tornou-se um sujeito aberto e móvel diante da pluralidade de opções. Mas, nos países emergentes e nos menos desenvolvidos, bem como nos bolsões de pobreza que crescem nos próprios países ricos, *aos pobres é negado o acesso ao mercado*.

É o caso de muitos jovens e adultos no Brasil. Eles se vêem condenados à exclusão mais radical. Já foram desapropriados do passado, isto é, das fontes onde poderiam haurir esperanças e energias para enfrentar os desafios do presente.

Foi retirada de seu horizonte a esperança de um futuro luminoso, pois não há perspectivas de crescimento econômico suficientemente intenso, a ponto de serem absorvidos pelo mercado de trabalho com níveis salariais satisfatórios. Por outro lado, carecem de políticas públicas de inclusão, pelas quais possam tornar-se protagonistas de uma mobilidade social ascendente, por meio de escolas profissionalizantes e outros mecanismos de redistribuição da renda. O presente impõe-se aos pobres como carregado das *preocupações com a sobrevivência imediata*, fonte de humilhação, sendo negado a eles o acesso ao ideal de consumo insistentemente apresentado nos meios de comunicação. Esta é a fonte de muitos problemas sociais que assolam o país: depressão, violência, prostituição, alcoolismo, consumo e tráfico de drogas. Os problemas acima citados não impediram o crescimento econômico, o desenvolvimento técnico e científico, a conquista de espaços de liberdade e de igualdade antes ignorados.

1.5. Individualismo e fragmentação

A glorificação do presente e das satisfações que o mercado pode oferecer vai esvaziando a cultura da solidariedade, emergindo um *individualismo exacerbado*. A moda tem como tendência a indiferença pelo bem público, a propensão a "cada um por si", a ascensão dos particularismos e dos interesses corporativistas, a desagregação do senso do dever ou da dívida em relação ao conjunto da sociedade.

O individualismo moderno, alimentado pela sedução

do novo, e a propaganda da mídia promoveram um comportamento consumista, centrado na busca do prazer. A afirmação de um estilo de vida independente, autônomo, caracterizado por escolhas livres, deu origem a um *indivíduo instável, de convicções voláteis e compromissos fluidos*. Por isso, o indivíduo pós-moderno não quer conviver com disciplinas e enquadramentos, com a obediência a prescrições antigas. Os sistemas ideológicos muito estruturados não cessam de perder autoridade, configurando-se uma desafeição pelos sistemas de sentido. Não somente os valores das tradições religiosas foram perdendo terreno, mas qualquer sistema de significado que exigisse disciplina, rigor, sacrifício, fidelidade aos compromissos assumidos começou a ser posto de lado.

Na realidade, o mundo do trabalho pouco se presta a esse dinamismo, pois exerce uma pressão sobre seus funcionários percebida, muitas vezes, como sufocante. É nos momentos de lazer que as pessoas procuram expressar *a liberdade e a autonomia* que lhes são *vedadas no trabalho*.

O mercado vitorioso abre espaço a uma pós-modernidade na qual a lógica do *capitalismo globalizado mostra seus lados sombrios*, com a concentração do poder político, econômico e militar em poucas mãos, com a redução dos quadros funcionais nas empresas e nas administrações públicas, com as exigências de competitividade, de qualidade e de dedicação ao trabalho que absorvem as melhores energias das pessoas, com violências e guerras disfarçadas com o ideal das liberdades democráticas, interesses menos elevados. A sensação de insegurança domina os espíritos.

Nesses contextos socioculturais, o mercado tornou-se um poder impessoal capaz de condicionar não somente os cidadãos que querem estar nele incluídos para desfrutar dos seus benefícios mas também os próprios Estados. Estes, com efeito, devem adaptar seus programas de desenvolvimento e suas políticas econômicas ao seu comportamento. O poder maior do mercado, no entanto, manifesta-se na capacidade de introduzir nas relações humanas, isto é, no tecido fino das relações cotidianas, os critérios, os valores, os métodos que lhe são próprios, sinteticamente indicados como intercâmbio de equivalentes. *O mercado coloniza o mundo da vida*, tudo calculando em função da conveniência e da utilidade, reduzindo os espaços da gratuidade, da solidariedade e da disponibilidade ao sacrifício para o bem do outro, tudo canalizando para a produção do lucro e do poder. Pouco a pouco, cria-se uma mentalidade dominada pelo cálculo das conveniências, que se move no horizonte do mercado, reduzindo-se o espaço da gratuidade.

1.6. Horizontes sem transcendência

Afirmou-se uma visão banal da realidade. Limitar o interesse aos aspectos que podem ser compreendidos pela razão científica e manipulados pela capacidade técnica fez coincidir o horizonte do conhecimento com o horizonte do mercado: o que vale a pena conhecer é o que está ao alcance da razão calculante, é o que pode ser analisado e avaliado em sua utilidade, para o consumo valorizado pelo lucro e pelo poder que proporciona.

A cultura de massa especializou-se em oferecer produtos cuja marca principal é a *superficialidade*, juntamente com certa *vulgaridade*. Os meios de comunicação de massa, apesar de prestarem grandes serviços à comunidade internacional, através de muitas das suas atividades, têm participação crescente nesse processo.

O empenho para resolver problemas práticos e técnicos e a rejeição a qualquer questionamento a respeito do significado último da realidade, da origem e do destino de tudo, produz uma maneira banal de considerar a existência. A vasta operação de banalização leva muitos a *viver sem ideal e sem fim transcendente*. Impossível não reconhecer uma conexão entre essa cultura da banalidade e o crescimento vertiginoso da violência urbana, especialmente na última década.

No Brasil, a realidade da exclusão social e os índices de desigualdade, o crescimento da violência, a falta de alternativas de trabalho, tanto no campo como na cidade, e a *falta de esperança para os jovens*, com o forte envolvimento no consumo e tráfico de drogas, e a atuação do crime organizado parecem não encontrar respostas adequadas.

No cenário internacional, as guerras, o terrorismo, as catástrofes naturais, as epidemias são regularmente notícias de primeira página. *Prevalecem as preocupações com a segurança*, com a proteção, com a saúde, com a defesa corporativa das conquistas sociais, com a ecologia.

1.7. A antropologia em questão

Em poucas décadas, sob o efeito de diversos fatores convergentes, tais como a difusão da cultura de massa e as possibilidades oferecidas pela manipulação genética, a revolução sexual, entre outros, configurou-se um cenário cultural e social no qual floresce uma imagem de homem e de mulher radicalmente diferente dos anteriores. De um lado, *verificam-se conquistas irrenunciáveis*, quer no plano do respeito à liberdade pessoal, quer no plano da participação política e da cidadania. O valor da igualdade está sendo assimilado no cotidiano familiar, com formas mais democráticas e igualitárias de relacionamento entre maridos e mulheres e entre pais e filhos. Nos ambientes educativos, o diálogo substitui as formas autoritárias de disciplina e, pouco a pouco, todos os ambientes da convivência social são reformados. Amplia-se a consciência de problemas sociais tais como a injustiça e a desigualdade, a pobreza, a devastação ambiental entre outros, ainda que não lhes correspondam ações eficazes para solucioná-los.

De outro lado, emergem posições que apontam para uma *alternativa global no modo de conceber e de viver* a sexualidade, a paternidade e a maternidade, a família, a procriação dos filhos e toda a esfera da vida privada. Não se discutem mais alguns pontos da moral cristã, como quando se questionava o divórcio ou o uso da pílula, mas se aceitava a visão cristã da existência. O que está em discussão é a imagem de homem e de mulher e o caminho para a sua realização.

O *entrelaçamento de amor, sexualidade e fecundidade*, que constituiu o núcleo do matrimônio e da família, entendidos à luz do plano divino, *foi rompido* nestas últimas décadas, podendo-se viver a sexualidade sem a fecundidade, a sexualidade sem o amor, a fecundidade sem a sexualidade. Esses três elementos se distanciaram, cada um percorrendo um itinerário próprio, distinto dos outros, com conseqüências imprevisíveis.

A *sexualidade* humana, separada do amor e da fecundidade, parece *reduzida à produção do prazer*, deixando de ser premissa para que um homem e uma mulher entrelacem seus destinos, elaborando um projeto comum de vida, aberto para a procriação e a educação de filhos, estabelecendo vínculos de comunhão na família. O prazer da dimensão unitiva, por mais importante que seja, não esgota o significado da sexualidade. Esta, quando vivida de maneira redutiva, não encontra mais limites, levando as pessoas assim orientadas a rejeitarem qualquer responsabilidade ou vínculo que estenda seus efeitos para além do momento no qual o ato sexual se realiza.

De forma análoga, a *procriação separada do exercício da sexualidade* e do amor, vividos no matrimônio, aproxima-se da *atividade produtiva*, segundo a lógica do mercado capitalista, incluindo a avaliação de custos e benefícios. Nesse ambiente, é fácil que o amor seja vivido como sentimento efêmero ou paixão, perdendo aquela riqueza de experiência e de humanidade, que a literatura mundial de todos os tempos documenta amplamente. A fecundidade desligada de uma

relação de amor aparece agora como definida pela decisão individual e pelo acesso à tecnologia sofisticada.

1.8. O pluralismo ético e religioso: subjetivismo e relativismo

Neste ambiente de fragmentação e desencanto, emergem as mais diferentes tentativas de resposta à aflição e ao vazio, dando origem ao pluralismo cultural, ético e religioso. O *pluralismo cultural* resultou da fragmentação do saber em setores específicos, como a política, a economia, as ciências, cada qual dotado de inteligibilidade e normatividade próprias, emancipando-se da tutela religiosa dominante e gerando, assim, setores secularizados na sociedade. Com isso, *a religião se viu confinada* a um campo específico. Esse fato repercutiu fortemente não só na Igreja institucional mas também na fé dos cristãos. O respaldo tradicional que tinham da sociedade desaparece, já que esta se apresenta com múltiplas fontes de sentido e de comportamento, ao lado da visão e da ética cristãs. Os católicos se vêem atingidos por discursos e práticas diferentes em sua vida familiar, profissional, cultural e mesmo de lazer, através da mídia, que invade tudo.

Juntamente com o pluralismo cultural, é o *pluralismo religioso* um fato em nossa sociedade brasileira. O Estado moderno acredita não mais necessitar de uma fundamentação de cunho religioso, já que se constitui pelo consenso dos cidadãos. Assim, ele é tolerante com todas as crenças, embora enfraqueça a influência das mesmas na esfera pública,

dominada fortemente pelo setor econômico. A generosa oferta de crenças, muitas delas desenraizadas de uma autêntica comunidade de fé, os sofrimentos dos mais pobres, ausência de referenciais substantivos para estruturar a própria existência, provocam a sucessiva troca de Igrejas por parte dos fiéis em busca de solução para seus males.

No Brasil, o povo conserva um *forte espírito religioso*, não acompanhando a secularização radical de outros países. Dessa sensibilidade nasce uma intensa busca por respostas religiosas, com conseqüente *trânsito de uma proposta a outra*. Essa busca atinge principalmente os fiéis não praticantes, com escassa experiência de pertença, de vínculos de amizade e de participação nas suas comunidades de origem, com sua identidade religiosa ainda em construção. No mundo dominado pelo mercado abre-se espaço até para um mercado religioso que, às vezes, parece apresentar ofertas de qualidade duvidosa, visando disputar os fiéis.

Encontramo-nos diante do grande desafio de conviver e dialogar com pessoas que fazem escolhas diferentes, procurando *valorizar os aspectos de verdade* que se encontram nas diferentes posturas. Para isso precisamos *consolidar a própria identidade*, base indispensável para o verdadeiro diálogo e enriquecimento recíproco.

Desafio ainda maior que o pluralismo é representado pelo *subjetivismo cultural, ético e religioso*. As exigências religiosas são reconhecidas e acolhidas pelas pessoas que, no entanto, procuram dar respostas subjetivas, compondo

um mosaico religioso construído com fragmentos das mais diferentes religiões, pouco se importando com o fato que esses fragmentos sejam heterogêneos e desconexos (Doc. 71, n. 54). Dessa maneira, elementos religiosos fantásticos, fruto da criatividade humana, podem receber a mesma valorização de elementos procedentes de tradições religiosas fundamentadas em fatos documentados.

O *subjetivismo ético* deixa uma liberdade ilimitada de opções a cada indivíduo, que pode agir de acordo com os próprios interesses e gostos, criando-se a mentalidade *segundo a qual vale tudo*. Nas diversas esferas da vida, política, econômica, cultural, bem como nas mais diferentes profissões, comprova-se esse relativismo ético, que chega, até, a determinar em grande parte os relacionamentos afetivos e familiares. Nesse horizonte, as pessoas não dispõem mais de pontos de referência para orientar a própria conduta. Sob as aparências de uma autonomia individual realiza-se a submissão aos modismos do momento. À medida que o uso da razão e a busca da verdade ficam reduzidos à atividade científica, nos outros campos da existência, onde são tomadas decisões relevantes, elegem-se a conveniência e a utilidade como critérios para escolhas importantes. Abrem-se, dessa maneira, perigosos espaços para o irracionalismo e a corrupção.

Sempre, mas hoje com maior urgência, é tarefa da Igreja Católica, como das outras confissões religiosas, dar a devida ênfase à questão ética, indicando seus verdadeiros fundamentos. A "*ditadura do relativismo*", da qual fala Bento XVI, é conseqüência direta da negação da verdade em sentido

objetivo e transcendente (*Veritatis Splendor*, n. 99). A dignidade e o valor indestrutível da consciência moral consistem no conhecimento e na obediência à lei de Deus, inscrita no coração da pessoa humana (GS, n. 16).

Na experiência cristã, a *moral* consiste na *resposta ao amor apaixonado de Cristo*, que nos convida a buscar a verdade e a segui-lo na prática do bem e na recusa do mal. Em Jesus, o absoluto torna-se realidade humana amiga, que sustenta o nosso caminho rumo ao destino eterno e a construção de uma sociedade mais justa.

2. A missão da Igreja diante do pluralismo cultural e religioso

A Igreja é chamada a dar sua contribuição de esperança, neste mundo em que a convivência social nos diversos ambientes de vida não melhorou quando a mentalidade acima descrita se tornou dominante. Parecem apropriadas as palavras do profeta Amós, para que a esperança não falte em nossas casas. "Mudarei o destino do meu povo, *eles reconstruirão as cidades devastadas* e as habitarão. *Repararei as suas brechas, levantarei as suas ruínas*" (Am 9,14a.11; cf. PNE, Doc. 72, apresentação). Por outro lado, parece sempre mais urgente uma atitude profética semelhante à de Jesus quando dizia: "Ouvistes que foi dito: [...] eu porém vos digo: [...]", com uma audácia extraordinária para contrapor-se à mentalidade dominante.

2.1. Valorização da pessoa: a nova humanidade (CNBB, Doc. 71 e 72; EA)

2.1.1. O conteúdo da evangelização

Até poucos anos, havia maior consenso sobre muitos comportamentos na sociedade. No contexto de relativismo ético e religioso, é indispensável que as comunidades cristãs sejam ajudadas a *dar as razões das próprias escolhas*. Dessa maneira, os fiéis não se encontrarão inferiorizados no debate cotidiano, mas, com alegria e coragem, afirmarão suas convicções. Lembramos a recomendação de Pedro: "Estejais sempre prontos a dar razão da vossa esperança a todo aquele que vo-la pede" (1Pd 3,15).

A catequese das crianças, jovens, adolescentes e adultos, bem como as iniciativas de formação, a ação missionária empreendida, levando em conta as características da cultura atual, deverão enfatizar que o cristianismo não é um discurso, mas *um acontecimento*, um fato real: *acolher e seguir a pessoa de Jesus Cristo*. O cristianismo nasceu como fruto não da criatividade humana mas da iniciativa do próprio Mistério, que resolveu entrar na história e mostrar um rosto humano, revelar-se, encarnando-se (Doc. 72, n. 23). A religiosidade, então, pode ser vivida, não mais como esforço imaginativo do Mistério, mas como o encontro surpreendente com uma presença objetiva e extraordinária, que o homem e a mulher de coração simples podem encontrar e reconhecer.

2.1.2. A presença hoje de Jesus Ressuscitado (Jo 20,1-21.25; Mt 28,20), (NMI, n. 29)

Os desejos de liberdade, de justiça, de verdade, de amar e ser amado, de viver com significado, constituem o que move a pessoa em busca de respostas sempre mais adequadas, porque esses desejos são ilimitados e somente uma realidade infinita pode responder a eles satisfatoriamente. A *Igreja*, no seu anúncio profético, assume as exigências de realização, de significado, e *afirma existir quem responde ao desejo humano*: Jesus Cristo, Filho de Deus encarnado. Ele cumpre o desígnio de amor do Pai. Ele pode ser encontrado através de suas testemunhas. Cada um pode experimentar a verdade de sua promessa: quem o segue terá uma vida cem vezes mais intensa, um gosto de viver cem vezes maior.

"Em verdade vos digo que não há quem tenha deixado casa, irmãos, irmãs, mãe, pai, filhos ou terras por minha causa ou por causa do Evangelho sem que *receba cem vezes mais: agora, neste tempo*, casas, irmãos e irmãs, mãe e filhos e terras, com perseguições; e, no mundo futuro, a vida eterna" (Mc 10,28-30).

Cristo permanece na história, nos sacramentos, na sua palavra e na Igreja, com o rosto histórico da comunidade cristã, nos pobres e excluídos. Ele prometeu estar presente todos os dias, até o fim dos tempos, na unidade dos discípulos: "E eis que eu estou convosco todos os dias até a consumação dos séculos" (Mt 28,20b). Ele mesmo torna-se presente: "onde

dois ou três estiverem reunidos em meu nome, ali eu estou no meio deles" (Mt 18,20). Eles formam o seu corpo místico: "Ora, vós sois o corpo de Cristo e sois os seus membros, cada um por sua parte" (1Cor 12,27). E, ainda, na carta aos Romanos podemos ler: "Nós somos muitos e formamos um só corpo em Cristo, sendo membros um dos outros" (Rm 12,5). Então, *Jesus Cristo, Filho de Deus encarnado, continua presente na história* com o seu Corpo que é a Igreja e pode ser encontrado hoje (DGAE, nn. 18 e 20; Doc. 71, n. 99), quando encontramos pessoas mudadas por Ele. Somente Cristo, e Cristo crucificado, força e sabedoria de Deus (1Cor 1), é a vítima de propiciação dos pecados do mundo, constituindo-se em nossa salvação, justiça, santidade, libertação do homem, da história e da criação inteira. (Cl 1).

2.1.3. Mudam os relacionamentos

A pessoa que se reconhece amada gratuitamente, perdoada, acolhida e corrigida, sustentada e orientada por Jesus, descobre a possibilidade de perdoar e acolher com o mesmo amor os outros, experimenta uma fortaleza interior fundamentada nesse amor. Escreve são Paulo: "Se Deus é por nós, quem será contra nós? Ele que não poupou o próprio Filho, mas o entregou por todos nós, como não nos dará tudo, juntamente com Ele?" (Rm 8,8.31-32). A *novidade* que inicialmente tinha acontecido no coração da pessoa, imediatamente *se estende aos relacionamentos* que vive, originando um fato novo na sociedade: *a comunidade cristã*, caracterizada pela vida fraterna. São Paulo fala: "Todos vós que fostes batizados

em Cristo vos revestistes de Cristo. Não há judeu nem grego, não há escravo nem livre, não há homem nem mulher; pois vós sois um só em Cristo Jesus" (Gl 3,27-28). São superadas as divisões religiosas, as distâncias sociais, as oposições de gênero, e inaugura-se uma unidade que, fora dessa familiaridade com Cristo, seria impossível.

Quando Ele é reconhecido e amado, provoca uma mudança nos relacionamentos: *abre para a reconciliação*, com Deus e com os irmãos, para a amizade fraterna. Essa é a prova de que efetivamente o encontramos.

2.2. Comunidade – testemunho de comunhão (Doc. 71, nn. 104-111.139-151)

2.2.1. O ideal da comunidade eclesial

As pessoas que fazem experiência de uma humanidade mudada pelo encontro com Jesus Cristo se reconhecem unidas e passam a partilhar progressivamente todos os aspectos da existência, construindo *uma amizade cujo fundamento é a sua presença*, por eles reconhecida e amada. Contemplando a gratuidade e a superabundância do dom divino do Filho por parte do Pai, que Jesus ensinou e testemunhou dando a sua vida por nós, o Apóstolo João afirma: "Caríssimos, se Deus nos amou, nós também devemos nos amar uns aos outros. Ninguém jamais viu a Deus; se nos amamos uns aos outros, Deus permanece conosco e o seu amor é perfeito em nós" (1Jo 4,11-12).

O mandamento do amor recíproco delineia o caminho para viver em Cristo a vida trinitária na Igreja. O empenho nesse ideal não transforma os discípulos em pessoas perfeitas, sem pecados e sem divergências, mas eles dispõem de um *ponto de referência que os corrige, os orienta*, e os salva num verdadeiro caminho de conversão permanente, rumo à santidade.

"Eles se mostravam assíduos no ensinamento dos apóstolos, na comunhão fraterna, na fração do pão e nas orações. [...] Todos os fiéis, unidos, tinham tudo em comum; vendiam as suas propriedades e os seus bens e dividiam o preço entre todos, segundo as necessidades de cada um. E, cada dia, o Senhor acrescentava ao número deles os que seriam salvos" (At 2,42-47). O livro dos Atos descreve o ideal comunitário, que a cada geração ressurge, dando visibilidade ao Corpo de Cristo na história.

Em nossa época, após o Concílio Vaticano II, esse ideal comunitário tem se concretizado nas Comunidades Eclesiais de Base, nos Círculos Bíblicos, nos pequenos grupos de partilha e reflexão e em outras formas, nascidas de movimentos eclesiais, como espaços privilegiados de encontro com Cristo e de vivência fraterna. As paróquias tornam-se, cada vez mais, "uma comunidade de comunidades" (EA) ou "rede de comunidades". Tem sido válida a experiência de Comunidades Eclesiais de Base, com intensa participação e responsabilidade de leigos e leigas, um jeito de ser Igreja toda ministerial. Elas constituem uma rede de *relações interpessoais de amizade e de solidariedade ativas*, que são

motivadas pela fé e alimentadas em seus diversos encontros. Ligando fé e vida, estão atentas em responder às necessidades concretas do próprio ambiente, voltadas para a vivência da caridade fraterna de maneira organizada e planejada (cf. CNBB, Doc. 25 e Doc. 71, n. 143). As Comunidades Eclesiais de Base e as outras formas de comunidade procurem intensificar o testemunho de santidade, o anúncio do Evangelho e a prática da caridade, juntamente com as características próprias de seus carismas, zelando pela vivência da comunhão eclesial.

As comunidades eclesiais que queiram durar no tempo devem *educar-se na fé, na esperança e na caridade, aprendendo a viver seguindo o Mestre*, através de uma formação permanente, da espiritualidade litúrgica e sacramental.

2.2.2. "Tende em vós os mesmos sentimentos de Cristo Jesus" (Fl 2,5-8)

Os que pertencem a Cristo assimilam os valores e os critérios de Jesus. "Tende em vós os mesmos sentimentos de Cristo Jesus: Ele tinha a condição divina, e não considerou o ser igual a Deus como algo a que se apegar ciosamente. Mas esvaziou-se a si mesmo e assumiu a condição de servo, tomando a semelhança humana. E, achado em figura de homem, humilhou-se e foi obediente até a morte e morte de cruz" (Fl 2,5-8).

A comunidade cristã pode experimentar *a beleza da gratuidade*, da vida partilhada, do amor ao bem do outro,

através do dom de si mesmo, até com sacrifício, como Jesus fez conosco.

"Ninguém tem maior amor do que aquele que dá a vida por seus amigos. *Vós sois meus amigos*. [...] Eu vos chamo amigos porque tudo o que ouvi do Pai eu vos dei a conhecer. Não fostes vós que me escolhestes, mas fui eu que vos escolhi e vos designei para irdes e produzirdes fruto e para que o vosso fruto permaneça, a fim de que tudo o que pedirdes ao Pai em meu nome ele vos dê. Isso vos ordeno: amai-vos uns aos outros" (Jo 15,13-16).

A capacidade de fazer *dom da própria vida para o bem de outros* nasce da configuração, do seguimento de Jesus e, acima de tudo, da certeza de que Ele está presente em nossa vida e a abraça, conduzindo-a para um destino bom.

Jesus, no Sermão da Montanha (Mt 5,1-12) proclama: "Felizes os pobres, porque deles é o Reino dos Céus" e diz aos discípulos que encontrarão a plena felicidade (a bem-aventurança) não somente no futuro, mas já agora na *alegria de doar-se aos irmãos*. Jesus Cristo cumpre a promessa: quem tiver coração puro, abrindo os olhos depara-se com rostos humanos, mas neles reconhece a Deus presente.

2.2.3. Os discípulos se alimentam da Eucaristia

Muitas vezes, fazemos a experiência da derrota, da desilusão, e andamos pelos caminhos da vida com o ar sombrio, como os discípulos de Emaús: "Ao longo do caminho das nossas dúvidas, inquietações e às vezes amargas desilusões, *o*

divino viajante continua a fazer-se nosso companheiro para nos introduzir, com a interpretação das Escrituras, na compreensão dos mistérios de Deus" (MND, n. 2). A presença do Divino Mestre alegra e entusiasma o coração dos discípulos para assumir a missão.

No mistério eucarístico, *Jesus edifica a Igreja como comunhão*, segundo o modelo supremo evocado na oração sacerdotal: "Para que todos sejam um só, como tu, ó Pai, estás em mim e eu em ti, que também eles estejam em nós, para que o mundo creia que tu me enviaste" (Jo 17,21).

Os discípulos de Emaús sentiam o coração em chama quando Jesus, nas vestes de um peregrino desconhecido, lhes explicava as Escrituras e, finalmente, ao partir o pão, o reconhecem: "O rosto de Jesus desapareceria, mas o Mestre permaneceria sob os véus do 'pão partido', diante do qual seus olhos se haviam aberto" (MND, n. 1). Eles, então, "partem imediatamente" para comunicar aos amigos o que tinham visto e ouvido. "*O encontro com Cristo*, continuamente aprofundado na intimidade eucarística, suscita na Igreja e em cada cristão *a urgência de testemunhar e evangelizar*" (MND, n. 24). Testemunhar Jesus Cristo presente em nossa realidade, capaz de mudar a vida e o mundo quando o acolhemos, é a urgência maior de nossos irmãos e irmãs mergulhados numa cultura que pouco lhes oferece para viver.

2.2.4. "Senhor, fazei-me instrumento da vossa paz" (Doc. 72, nn. 26-27)

Na vida em comunidade, pouco a pouco, consolida-se a mentalidade evangélica, que se expressa na lógica do amor, da partilha, do dom de si. São Francisco e as comunidades de penitentes que se agregaram ao redor do seu carisma realizaram isso: a pessoa torna-se instrumento da paz de Cristo. Faz-se a experiência de enfrentar juntos os desafios do cotidiano, *de partilhar a luta para responder aos problemas* da família, da moradia, do desemprego, da saúde, do estudo, não alimentados pela revolta, mas pelo gosto de ir construindo, no meio de tantas dificuldades, um pedaço de mundo novo, um sinal visível do Reino, mesmo que pequeno e frágil como um embrião.

"Então, o rei dirá aos que estiverem à sua direita: 'Vinde, benditos de meu Pai, recebei por herança o Reino preparado para vós desde a fundação do mundo. Pois tive fome e me destes de comer. Tive sede e me destes de beber. Era forasteiro e me recolhestes. Estive nu e me vestistes, doente e me visitastes, preso e viestes ver-me.' Então os justos lhe responderão: Senhor quando foi? [...] Ao que lhes responderá o Rei: 'Em verdade vos digo: *cada vez que o fizestes a um desses meus irmãos mais pequeninos, a mim o fizestes*'" (Mt 25,31-46).

2.2.5. O ímpeto missionário e o testemunho

Da certeza do bem encontrado e da compaixão pela situação de necessidade em que se encontram colegas e vizinhos, pelas condições de miséria e de abandono que clamam ao céu, nasce *o ímpeto missionário*. São Paulo fala: "A caridade de Cristo nos compele, quando consideramos que um só morreu por todos e que, por conseguinte, todos morreram. Ora, ele morreu por todos, a fim de que aqueles que vivem não vivam mais para si, mas para aquele que morreu e ressuscitou por eles" (2Cor 5,14-20). O convite é irresistível: *venha ver* como é bom, como é suave, vivermos como irmãos (cf. Sl 133). Convidam-se os colegas a conhecer os amigos da própria comunidade, a verificar como Jesus Cristo responde às exigências humanas, como se dilata o coração para amar quem nos parecia estranho, e se estende o olhar, porque nada mais nos é estranho. O convite é feito à liberdade da pessoa, por isso é respeitoso das diferenças, não agride, antes, é sinal de estima, de amizade.

O *testemunho cristão* se refere a algo que vimos e ouvimos, nasce da experiência de *uma humanidade mais intensa, mais apaixonada* por tudo o que é humano, especialmente quando maltratado e sofredor (At 2,32-33). O testemunho cristão caracteriza-se pela *gratidão*: a pessoa é grata pelo encontro feito, pela vitória sobre a solidão, pela esperança diante dos problemas, pela resposta que já começou a verificar. Em segundo lugar, caracteriza-se pela *gratuidade*: a amizade oferecida, o trato respeitoso e acolhedor, não são calculados

em vista de um retorno, mas constituem gestos gratuitos. Isso atravessa qualquer diversidade de postura cultural, ética e religiosa. A pessoa, tocada por esse diferente modo de viver, poderá aderir e aprofundar as razões da fé. Caso não adira, poderá, ao menos, ser aliada na luta por uma sociedade mais justa e fraterna, a partir de sua opção diferente de vida.

2.3. Caminhos para a construção de uma sociedade justa e fraterna (Doc. 71, nn. 156-175)

2.3.1. Em diálogo com todos (ES)

São comuns a todas as orientações culturais, éticas e religiosas os desejos de felicidade, de realização humana, de satisfação durante a existência terrena (FR, n. 28; Doc. 71, n. 47). Esse é o ponto de partida para o diálogo. Todos levam no coração a pergunta: "Mestre, *o que devo fazer para ter a vida plenamente realizada?*" (cf. Mt 19,21). Para responder a essa pergunta florescem as mais diferentes propostas de realização, de comportamento, de caminho para a vida.

Cabe aos discípulos e discípulas de Jesus oferecer a resposta: "Se queres viver feliz..." (cf. Mt 19,21), documentando na própria experiência que *o caminho do Evangelho* é o único que *corresponde* à integralidade das dimensões da pessoa humana. A Igreja pode dizer a todos o que Jesus disse a João e André: "vinde e vede" (Jo 1,39). Para os cristãos vale a fórmula do apóstolo Paulo: "Discerni tudo e ficai com o que é bom" (1Ts 5,21).

Essa posição *valoriza a inteligência e a liberdade* de cada pessoa, a qual pode verificar na própria experiência a única proposta que corresponde às suas exigências originárias. (Doc. 71, nn. 86-92.124-132).

A consciência da comum fraternidade em Cristo torna cada vez mais importante *o diálogo ecumênico*, colaborando na defesa da dignidade da pessoa humana, na promoção da paz social, na luta contra as desigualdades sociais e outras nobres causas.

Na tradição do Antigo Testamento, a Igreja Católica sabe que pode *dialogar com os irmãos judeus*, para construir juntos um futuro de justiça e de paz para todos os homens filhos do único Deus. O comum patrimônio espiritual favorece o mútuo conhecimento e a estima recíproca, incrementando a cooperação para a superação de todas as formas de discriminação e a defesa da dignidade humana (cf. NE, n. 4).

É importante também cultivar o *diálogo* com todos os que crêem em Deus, os membros das diversas religiões presentes em nossa terra, *como os povos indígenas e os afrodescendentes*, e com as pessoas de boa vontade, podendo partilhar o empenho para o desenvolvimento integral do ser humano e a busca da paz na sociedade brasileira e no mundo.

A Igreja considera necessário o *diálogo com a comunidade civil e política*, para discutir critérios e valores que norteiam o empenho para a busca do bem comum, para promover a justiça social e o progresso civil de toda a população, para

consolidar a liberdade religiosa (cf. *Dignitatis Humanae*) e as liberdades democráticas.

2.3.2. O protagonismo social e político para enfrentar problemas concretos

As situações de fragilidade das famílias, a agressão à vida indefesa, o abandono de crianças e adolescentes, a falta de oportunidades para os jovens a crueldade do desemprego e de salários que não cobrem as necessidades básicas, a destruição do ambiente, a violência contra a mulher e contra as crianças, os mecanismos de exclusão social, as discriminações e as injustiças de todos os tipos sensibilizam e mobilizam o discípulo, para somar com outros que têm a mesma percepção e procuram empenhar-se na paróquia, em algum movimento, ONGs, grupos de voluntariado, ou na ação política. Colocar-se-á *diante desses problemas com uma atitude positiva e firme*, em busca de soluções viáveis, tornando-se livre do ressentimento, que produz amargura e esgota as energias para o engajamento.

Nestes últimos anos ficou mais clara a complexidade dos problemas que o Brasil enfrenta do ponto de vista social e político. A pobreza e a desigualdade estão muito arraigadas, a vontade política de encontrar soluções rápidas esbarra numa multiplicidade de fatores que retardam os efeitos positivos desejados. Constitui um grande desafio cultivar uma mentalidade enraizada no *Evangelho, que valoriza a gratuidade e a solidariedade*, que desperta a consciência de cada pessoa para a responsabilidade diante da vida, que aposta na liber-

dade e na capacidade de cada um decidir e participar. Não é mais possível esperar algum herói que venha resolver todos os problemas da sociedade.

Os sinais dos tempos apontam para a importância de um novo tipo de ação política, que *valorize a iniciativa popular, de grupos e comunidades* que se dispõem a pôr as mãos na massa para realizar iniciativas concretas, para responder a necessidades reais.

Trata-se de incentivar e apoiar o protagonismo social e político dos diversos grupos e comunidades, no campo e na cidade, para que usem a criatividade e empreguem a fantasia da caridade para *enfrentar os problemas concretos* e, a partir de atividades em andamento, provocar o envolvimento da administração pública, para que esta dê suporte técnico, financeiro, favorecendo a consolidação e a ampliação dessas obras. Esta é a concretização do princípio da subsidiariedade, que a Doutrina Social da Igreja vem ensinando. A subsidiariedade abre um novo caminho entre o liberalismo selvagem, em que o mais forte ganha e que leva à omissão do Estado, e um estatismo que deixa espaço somente à ação do governo, tolhendo a liberdade e a criatividade da sociedade civil.

Esse caminho é importante para dar *expressão prática e eficaz aos valores evangélicos*, mas também reconstitui o povo na unidade e na consciência de uma recíproca pertença, pela qual ninguém nos é estranho.

Essa postura, seriamente empenhada e enraizada na base popular e na experiência de *participação democrática*

de efetiva cidadania, torna possível uma ação política muito mais incidente nas decisões da nação. "Para os fiéis leigos o empenho político é uma expressão qualificada e exigente do empenho cristão a serviço dos outros" (Paulo VI, *Octogesima Adveniens*, n. 46). Pode-se alcançar, por este caminho, uma verdadeira santidade política.

Compreendemos, nessa perspectiva, as palavras do Papa João Paulo II na Carta Apostólica *Novo Millennio Ineunte*, sobre a "questão social", onde afirma que não se pode aceitar "a perspectiva ingênua de que, diante dos grandes desafios do nosso tempo, possa existir uma fórmula mágica. Não, *não uma fórmula nos salvará, mas uma pessoa*, e a certeza que ela nos infunde: *Eu estou convosco!* Não se trata, então, de inventar um 'novo programa'. O programa já existe: é o de sempre, recolhido pelo Evangelho e pela Tradição viva. Ele concentra-se, em última instância, em Cristo mesmo, a ser conhecido, amado, imitado, para viver nele a vida trinitária, e transformar com ele a história até a sua realização na Jerusalém celeste" (NMI, n. 29).

3. Possíveis pistas de ação (Doc. 72, nn. 25-26; Doc. 71, nn. 84-85.123.176-185)

O campo de missão é muito vasto. As pistas aqui apresentadas, a partir das Diretrizes Gerais (CNBB, Doc. 71) são sugestões para nosso trabalho missionário.

3.1. Formar e animar comunidades eclesiais

As paróquias recuperam o espírito missionário entre os discípulos e discípulas de Jesus tornando-se "a morada de Deus entre os homens", casa do pão que desceu do céu, especialmente neste ano da Eucaristia. Com freqüência as paróquias fomentam a formação de comunidades urbanas e rurais. O novo ímpeto missionário das comunidades promove visitas às famílias menos ligadas à Igreja, faz crescer a fé e a oração em comum, incentiva a vida fraterna, valoriza a partilha da Palavra e a celebração dos sacramentos, dá testemunho da união familiar, vive o auxílio mútuo e o compromisso de serviço aos mais necessitados.

De 19 a 23 de julho realizou-se com novo ardor o 11º Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base, em Ipatinga (MG), com o tema "CEBs, espiritualidade libertadora" e o lema "*Seguir Jesus no compromisso* com os excluídos", que muito contribuiu para renovar o zelo no serviço aos irmãos e irmãs mais sofridos. Hoje, movimentos e novas comunidades que procuram manter a sintonia com as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora e os Planos de Pastoral das dioceses nas quais atuam concorrem para animação de grupos e comunidades eclesiais incentivando a santificação pessoal e a comunhão fraterna.

Como outrora, hoje também as pessoas carregam um *desejo de "ver Jesus*, aquele que é o Caminho, a Verdade, a Vida". É necessário oferecer oportunidades para que isso aconteça.

É importante cuidar para que as igrejas estejam abertas, não somente durante a celebração da eucaristia, mas em outros horários do dia. O fiel pode encontrar no templo o silêncio restaurador de que necessita, uma pessoa para conversar sobre suas tribulações, um grupo com quem cantar e rezar, uma função onde receber a bênção do Santíssimo Sacramento, a possibilidade de receber o perdão sacramental. Cabe à criatividade dos párocos, auxiliados por seus fiéis comprometidos, providenciar um *uso mais adequado do espaço sagrado* que administram.

As paróquias e as comunidades podem organizar *Plantões de Escuta*, para acolher e promover o serviço aos irmãos necessitados, excluídos, nos quais devem reconhecer o próprio Cristo, pessoas que desejam partilhar seus medos, suas esperanças, seus questionamentos. Em muitos lugares está recebendo uma acolhida muito positiva *a revitalização de gestos próprios da religiosidade popular*, que tinham sido negligenciados em época recente. Vale dinamizar peregrinação a santuários, novenas etc. E, acima de tudo, dedicar tempo e energia para *formar novos protagonistas da evangelização*. O grande desafio é dar uma feição nova ao Povo de Deus, a fim de que, como fermento na massa, contribua para uma profunda renovação intelectual e moral das pessoas e de toda a sociedade, hoje particularmente devastada (Is 65,21-23).

3.2. Novos horizontes para a juventude (cf. Puebla)

A juventude, em particular *os jovens pobres, merece atenção muito especial*. A ela é oferecida uma educação que

raramente serve para garantir oportunidades de crescimento pessoal, capacitação profissional de qualidade ou acesso à universidade. Os jovens pobres correm o perigo de ficarem estagnados nos bairros, dependentes da família e de pequenos serviços, com poucas possibilidades de organizar um projeto de vida adulta que tenha chances de concretização. Diante da legítima aspiração a ter uma atividade profissional digna e remuneração adequada para cobrir as necessidades básicas, diante da aspiração a constituir família, os jovens esbarram em obstáculos que parecem intransponíveis, que geram exclusão, discriminação e procura de soluções falsas.

É urgente investir numa ação evangelizadora que conduza os jovens ao "encontro pessoal com Cristo vivo" e lhes abra os horizontes do Evangelho. A Igreja deve levar os jovens a *descobrir a "esperança que não decepciona"*, para torná-los capazes de assumir com alegria a espiritualidade da comunhão e o compromisso de amor gratuito a serviço do próximo. É importante desenvolver uma ação evangelizadora dos jovens que acredite nos jovens e possa despertar os dinamismos de fé e de esperança, apontando para perspectivas de crescimento, de construção paciente da existência segundo projetos sustentados. É importante intensificar a missão evangelizadora, que os ajude a identificar um *ideal de vida digna e solidária,* com educação de qualidade e oportunidades de emprego, e alguns pontos firmes para orientar-se nas circunstâncias atuais, na certeza de poder contar com a amizade fraterna e o apoio da comunidade que os acompanha no caminho rumo ao próprio destino.

3.3. Acreditar na família

As mudanças sociais e culturais acima descritas tornaram a família particularmente vulnerável e os vínculos, frágeis. *A família é o maior recurso para a pessoa, para a sociedade* e para a Igreja, pois é a sua célula mais decisiva para a vivência dos valores humanos evangélicos e sua transmissão para as novas gerações. Ela constitui um sujeito social, dotado de cidadania, titular de direitos e de deveres. Ela caracteriza-se por bens próprios, que são frutos das relações familiares (bens relacionais), tais como a maternidade, a paternidade, a filiação e outros. Essas relações constituem um bem porque através delas são transmitidas, de uma geração a outra, de uma pessoa a outra, a vida, o significado pelo qual vale a pena vivê-la e a fé em Jesus Cristo, as sugestões ideais que podem torná-la grande e digna, as normas que podem orientar a conduta de cada membro nas diversas etapas da existência e nos diversos ambientes, os subsídios para exercer a cidadania e a participação democrática de maneira positiva, para ser protagonista do próprio projeto de vida.

Estabelecer e fortalecer a Pastoral Familiar e constituir associações de famílias nas cidades parece ser o caminho para enfrentar os desafios. De modo semelhante, são importantes os *Centros de Apoio à Família*, para acolher e orientar famílias fragilizadas. Uma *Pastoral Familiar forte e atuante* transmite a mensagem de que a família é insubstituível, criando nas pessoas a convicção de que se deve defendê-la e valorizá-la. "Acreditar na família é construir o futuro."

3.4. Obras que nascem da fé

O que mais realiza a Igreja, tornando visível seu empenho social, o que dá um testemunho persuasivo da eficácia da fé vivenciada em comunidade, são as *obras que nascem da fé* e que *respondem a necessidades concretas* e tornam visível o compromisso social da comunidade eclesial. "A fé sem obras é morta" (Tg 2,22). Essas obras podem ser pequenas como um espaço para acolher adolescentes de rua, ou grandes como a Pastoral da Criança. O que importa é impregnar-se de uma mentalidade que nasce do Evangelho.

3.5. Promover Centros Culturais

As dioceses devem criar *Centros Culturais*, (conforme sugestões do Pontifício Conselho de Cultura e do CELAM), com o intuito de favorecer o diálogo, oferecendo oportunidades de encontro, de debate, sobre temas atuais e desafios novos, que trarão enriquecimento mútuo entre a Igreja e os vários setores da sociedade. Os Centros Culturais, conforme cada realidade, poderão realizar encontros de caráter erudito ou popular. Essas iniciativas abrem espaço apto para encontrar pessoas afastadas de práticas religiosas. Cabe às *universidades católicas* "a tarefa de aprofundar os problemas culturais do mundo contemporâneo e de estabelecer, a partir de um ponto de vista autenticamente cristão, um *diálogo franco e mais fecundo com a cultura atual*".

3.6. Incrementar novas formas de trabalho

É incalculável o sofrimento de milhões de pessoas por causa do desemprego e das dificuldades de prover a família do mínimo necessário para uma vida digna, É necessário provocar *uma mobilização nacional* que envolva desde as comunidades eclesiais até os órgãos de administração pública, municipal, estadual e federal, para lançar mão de todos os recursos humanos e materiais, a fim de acelerar o processo de ampliação de oportunidades de trabalho.

Capítulo 3
O COMPROMISSO DA IGREJA EM FAVOR DA INCLUSÃO SOCIAL

Assim como a Igreja leva a Boa Nova de Cristo ao mundo da cultura, ela traz a justiça, a vida e a esperança do Evangelho aos mais pobres e excluídos. A crise da sociedade, incluindo a perda do sentido da transcendência, que gera as profundas mudanças de valores e visões do mundo é a mesma que exclui do progresso e da vida amplos setores da sociedade. Enquanto o capítulo anterior do documento, "O testemunho da fé cristã e o pluralismo cultural e religioso", considera a evolução sociocultural e religiosa, este novo capítulo enfoca mais as dimensões sociopolíticas e econômicas da transformação da sociedade. Na perspectiva cristã, a inclusão é um aspecto da experiência de comunhão, segundo afirma são Paulo: "não há judeu nem grego, não há escravo nem livre, não há homem nem mulher; pois todos vós sois um só em Jesus Cristo" (Gl 3,28).

1. A realidade da exclusão

1.1. Um fenômeno chocante

Dois terços da humanidade vivem na pobreza. Em 2004, havia no mundo 852 milhões de pessoas sofrendo fome crônica.[1] O número de pobres e miseráveis aumentou. Trata-se de

um *fenômeno mundial*. Isso constitui um verdadeiro desafio para todos os cristãos e pessoas de boa vontade, que não se acomodam com situações tão injustas, nem com o modelo econômico e político perverso que as gera e mantém.

Todos os dias, TV e jornais trazem imagens fortes de uma realidade violenta: nunca houve tanta riqueza no mundo; no entanto o número de indigentes e famintos, de pessoas que vivem em condições infra-humanas, aumenta. O *contraste entre ricos e pobres* é chocante, quer entre os países, quer dentro de cada país. São situações insuportáveis de marginalização, exclusão e miséria. No entanto, é motivo de alegria e esperança o empenho crescente de pessoas e grupos da sociedade em combater as desigualdades e superar a exclusão.

A sociedade brasileira evolui e se transforma. O país se desenvolve e produz mais riqueza, mas o *flagelo da pobreza e da miséria* continua. Fenômeno inaceitável num país dotado de muitos recursos e riquezas. Pesquisa "*Radar Social*" do IPEA, publicada em maio de 2005, constatou que 53,9 milhões de pessoas (31,7% da população brasileira) vivem na pobreza, com renda mensal *per capita* de até meio salário mínimo por mês; e que, entre esses, 21,9 milhões são muito pobres ou indigentes, com renda *per capita* mensal igual ou inferior a 1/4 de salário mínimo.[2] Vários Brasis coexistem no mesmo país; os contrastes entre uns e outros aumentam;

---

[1] El estado mundial de la agricultura y alimentación, 2003-2004. FAO.

[2] Radar Social, maio de 2005, IPEA (dados de 2003).

as desigualdades alcançam níveis escandalosos.

Para os discípulos de Cristo, essa situação se apresenta como desumana e intolerável. Nos dias de hoje, a pobreza, a fome e a violência, entre outros males, ameaçam a *dignidade humana* cuja promoção deve ser o objetivo último da produção de bens, da organização política e das expressões culturais. Não podemos falar de dignidade humana sem considerar o respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana, como alimentação, saúde, educação, trabalho, moradia.

A *proximidade e solidariedade da Igreja* para com os pobres — que são sua riqueza — têm as raízes no exemplo de Jesus. "O amor da Igreja pelos pobres inspira-se no Evangelho das bem-aventuranças, na pobreza de Jesus e na Sua atenção aos pobres. [...] Tal amor não se estende apenas à pobreza material, mas também às numerosas formas de pobreza cultural e religiosa".[3]

1.2. Muitas formas de exclusão

Especialistas podem fazer análises pormenorizadas, mas no uso comum, a exclusão se refere às diversas situações da vida dos mais pobres e miseráveis. Seus sofrimentos não são apenas físicos, mas também culturais e espirituais.

[3] Catecismo da Igreja Católica, n. 2444.

[4] *Atlas da Exclusão Social no Brasil*. São Paulo, Cortez Editora, 2003.

[5] Radar Social, maio de 2005, IPEA.

Os meios de comunicação no mundo globalizado tornam ainda mais visível o sofrimento dos pobres. Encontram-se no campo, nos centros e nas periferias das grandes cidades, nas favelas, nos cortiços, nas zonas urbanas abandonadas. O documento de *Puebla* (1979) descreve longamente os rostos — nos quais deveríamos reconhecer as feições sofredoras de Cristo — de crianças, de jovens, de indígenas, de camponeses, de operários, de subempregados e desempregados, de marginalizados e amontoados das cidades, de anciãos (DP, nn. 31-39). No documento de *Santo Domingo* (1992) os bispos retomam a mesma temática e apontam de forma dramática o sofrimento na América Latina, visível nos "rostos desfigurados pela fome, aterrorizados pela violência, envelhecidos por condições de vida infra-humanas, angustiados pela sobrevivência familiar" (SD, n. 179). Reconhecer nos rostos sofredores dos pobres o rosto do Senhor é um convite permanente para todos os cristãos a uma profunda conversão pessoal e eclesial (SD, n. 178). Jesus Cristo, presente nos pobres, interpela a própria Igreja, cujos recursos não são sempre bem distribuídos e cuja presença nas periferias urbanas e em regiões remotas se revela desproporcional e insuficiente.

Considerando a situação dos pobres, costuma-se falar dos sem-terra, sem-teto, sem-água, sem-trabalho, sem-saúde, sem-escola, sem-família. Mas, geralmente, eles são os *sem-voz, sem-valor*, sem-lugar na sociedade, *sem-direitos*. Não se trata apenas do direito de viver, mas também do direito de viver com dignidade, de viver plenamente. A ONU define como pobres os que vivem com renda diária de até dois

dólares, e como miseráveis os que ganham até um dólar, ou que não têm renda fixa. Hoje, os defensores e promotores dos Direitos Humanos insistem sobre a dimensão integral da pessoa, com direitos não apenas civis e políticos, mas também sociais, econômicos, culturais, espirituais e até ambientais. Na maioria das vezes, os excluídos são privados não só do conjunto destes direitos, mas também da oportunidade — e até da liberdade — de alcançá-los. *Povos indígenas e afro-descendentes* têm sido historicamente vítimas de preconceitos, intolerância e violência — como o foi o líder Pataxó Galdino, queimado em Brasília, ou o são os moradores de rua assassinados nas grandes cidades.

1.3. A raiz da exclusão

O fenômeno da exclusão é complexo: reveste-se de *múltiplas dimensões e formas*. As causas também são diversas: econômicas, políticas, culturais e éticas.

Um fator determinante do crescimento da exclusão social é a *inversão dos valores* que aos poucos marca a vida pessoal e social. Na base do novo rumo da sociedade predomina a busca de um maior enriquecimento, que se torna mais fácil pelo desenvolvimento das ciências e tecnologias. A *busca desenfreada do dinheiro*, o acúmulo da riqueza viraram o objetivo maior e a motivação principal — quando não a única — da vida. Trata-se de produzir mais, de provocar um maior consumo, para vender mais e assim aumentar os lucros. O mercado virou um fim em si.

Como vimos no capítulo anterior, é neste transtorno geral de valores que aumenta a exclusão de setores importantes da sociedade. Num clima de *insegurança e competição*, a população tende a estar indiferente e passiva diante das situações violentas e inumanas nas quais sobrevivem os excluídos.

Outra causa da exclusão social é a *extrema desigualdade* que caracteriza a sociedade brasileira. O Brasil é um dos campeões quanto à injusta redistribuição da riqueza. Uma minoria — cinco mil famílias bilionárias — manda no país, como concluiu um aprofundado estudo acadêmico. Ontem, a riqueza se situava sobretudo nos latifúndios e nas indústrias; hoje se concentra no imobiliário e nas finanças. Os ricos controlam *redes de poder* — econômico, financeiro e ideológico — pelas quais se opõem a qualquer medida que possa reduzir as desigualdades e seus privilégios.[4]

Ao processo de globalização pelo mercado corresponde um progressivo desmonte e *perda de poder do Estado*. Este se torna refém do mercado financeiro internacionalizado, que em qualquer momento pode cortar os investimentos e transferi-los para outros lugares. São as multinacionais que definem as regras de jogo.

A exclusão social é causada ainda pela *transformação do mundo do trabalho*. As novas tecnologias mudam os processos de produção. Máquinas sofisticadas, sempre mais

---

[6] Relatório da CEPAL, 2004.

[7] Relatórios Anuais do PNUD, ano 2003 e ano 2004.

inteligentes, vão substituindo a mão-de-obra. O desemprego estrutural aumenta em quase todos os países, apenas em parte compensado pela criação de serviços sem qualificação, sem reconhecimento legal e mal pagos. Muitos trabalhadores caem na informalidade, sem direitos trabalhistas, sem proteção social. A maioria deles não se beneficia dos aumentos da produtividade: seus salários continuam muito baixos. Em março de 2005, 16,7% dos assalariados ganhavam até 1 salário mínimo, e 34% de 1 a 2.[5] A *injusta redistribuição* dos benefícios do trabalho e o desrespeito do seu valor levam a uma escandalosa escala salarial, em que pessoas, tanto no setor público como no privado, recebem salários equivalentes a 50 e até 100 salários mínimos. Isto é um insulto para a maioria dos trabalhadores mal pagos e para os desempregados. A concorrência generalizada no mercado conduz a uma redução e desrespeito dos direitos trabalhistas.

A crescente *dívida externa* espolia os países pobres de muitos recursos indispensáveis para promover políticas econômicas e sociais em favor do bem de todos, acarretando transferência contínua de capitais do "Sul" para o "Norte". O último relato da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) indica que a dívida externa da América Latina em 1980 era de 257 bilhões de dólares. Os países reembolsaram cerca de um trilhão de dólares, e o passivo subiu para 830

---

[8] Radar Social, maio de 2005, IPEA (dados de 2003).

[9] Síntese dos Indicadores Sociais, ano 2002 e ano 2003. IBGE.

bilhões em 2003.[6] Além do controle econômico, as dívidas são também um poderoso instrumento de dominação política dos países credores sobre os devedores. Elas criam um círculo vicioso de empobrecimento do qual os países endividados não conseguem sair. Constitui motivo de constante preocupação o pagamento de juros da dívida pública por meio de *cortes nas verbas destinadas a gastos sociais*. Nossa taxa de juros é a mais alta do mundo. Tanto para o exame da dívida externa como para os lucros desproporcionais cabe uma auditoria pública.

São também ilegítimas as condições de total desigualdade que regem os *acordos de "livre" comércio* e o esquema de retaliação e taxação por parte dos países ricos. Na Organização Mundial do Comércio (OMC), ou nos acordos bilaterais, os países ricos ditam regras em favor de seus próprios interesses, sem considerar a condição dos povos mais pobres, vítimas de intercâmbios iníquos.

O fator que agrava a situação moral do Brasil é o *crime da corrupção* generalizada e impune, cuja prática quase se tornou um hábito cultural em nosso país, atingindo o setor privado e público e diversas camadas sociais. As recentes denúncias de corrupção e o uso indevido de recursos públicos causam revolta e indignação. Requer-se a apuração rigorosa das responsabilidades. É necessária uma profunda mudança

---

[10] Radar Social, maio de 2005, IPEA.

[11] Radar Social, maio de 2005, IPEA.

dos costumes e não deverá tardar a reforma do sistema político partidário e eleitoral que faça prevalecer a ética na política e a promoção do bem comum.

Outro fator que muito influi na exclusão é a atuação dos *Meios de Comunicação Social*. São evidentes os benefícios que trazem à sociedade, mas têm poder crescente para abalar as relações sociais (família, bairro, comunidade) e introjetar pseudo-valores a serviço dos interesses do mercado. O martelamento da informação e da publicidade é tanto que gera passividade e destrói o senso crítico da população.

1.4. Renda, terra e trabalho

Não faltam *estatísticas* para retratar a pobreza, a miséria e a desigualdade no Brasil e no mundo. Os 5% mais ricos do mundo recebem uma renda 114 vezes superior à dos 55% mais pobres. Do início da década de 1960 até 2002, a renda *per capita* dos 51 países mais pobres cresceu 26%, atingindo 267 dólares, enquanto a renda dos países mais ricos cresceu 183%, alcançando 32.339 dólares.[7]

No Brasil, nas últimas décadas, o aumento da riqueza não foi acompanhado por uma melhor distribuição. Em 2003, 1% dos brasileiros mais ricos se apropriaram de 13% da renda total do país, enquanto os 50% mais pobres receberam apenas 13,3% desta.[8] Em 2001, o Brasil teve a *quarta pior*

---

[12] Paulo VI, *Populorum Progressio*, n. 22.

distribuição de renda. O economista Celso Furtado repetiu muitas vezes que um país com tais desigualdades não pode se tornar uma nação desenvolvida.

A *má distribuição da terra*, uma das piores do mundo, expressa a concentração de renda que cresce pela promoção do agronegócio. Muitos pequenos agricultores tiveram de deixar sua terra e migrar para as periferias dos grandes centros urbanos, onde, despreparados, sofrem os efeitos do desenraizamento cultural e a miséria. A reforma agrária avança com muita lentidão e a política agrícola inadequada não tem conseguido deter o processo de exclusão no campo.

O *trabalho* deveria ser fonte de integração e coesão social. O Brasil, país emergente, com muitos recursos naturais e uma população relativamente reduzida, tem condições para se tornar país dinâmico, com trabalho para todos. Nos últimos dez anos, o desemprego aumenta regularmente. Conforme o IBGE, ele foi de 12,3% em 2003, marcando um novo triste recorde.[9] A situação salarial é também muito injusta. Desde 1996, a renda média dos trabalhadores vai diminuindo. A queda foi de 7,4% em 2003 e ainda de 0,8% em 2004, ano de recuperação da economia. Apesar de alguns avanços, a situação dos trabalhadores continua desigual. Negros e pardos ganham 45% menos que os brancos, com o mesmo nível de

---

[13] João Paulo II, *Sollicitudo Rei Socialis*, n. 38.

[14] João Paulo II, *Mensagem para a celebração do Dia Mundial da Paz – 1º de janeiro de 2000*, n. 14.

instrução. E as mulheres recebem, em média, 30% menos que os homens para o mesmo trabalho.[10]

Merecem também atenção *os jovens* sem trabalho, sem formação profissional, sem esperança de poder construir uma família. Entre 1993 e 2003, o desemprego entre os jovens de 15 a 19 anos subiu de 13% para 23%, acima do dobro da média nacional.[11] A situação de vida de muitas crianças nas ruas, sem atenção e carinho, sem saúde e escola, é inaceitável. Lançam forte brado ao céu em prol da vida e da justiça. Dramática é a vida de muitas adolescentes, já prostituídas ou exploradas no trabalho, para conseguir condições mínimas de sobrevivência e das vítimas do tráfico de drogas condenadas à morte antecipada.

Clamam também por justiça os idosos com aposentadoria escassa e assistência de saúde insuficiente; os presos amontoados, sem amparo legal, em condições infra-humanas; a população indígena espoliada de suas terras, tradições e culturas; as populações quilombolas e sertanejas das regiões mais pobres do país.

1.5. Os impactos da pobreza

Os números não dão conta de descrever como vivem os pobres e excluídos. A aproximação, convivência, compaixão,

---

* Edição brasileira: *Compêndio da Doutrina Social da Igreja*. São Paulo, Paulinas, 2005 (N.E.).

solidariedade e simpatia permitem perceber melhor algo da realidade sofrida que eles vivem.

Não é fácil avaliar os impactos da pobreza e da exclusão na vida das pessoas e no funcionamento da sociedade. *Os efeitos são múltiplos*, articulados entre si. Os sofrimentos dos pobres são físicos, mas também afetivos e morais. "É duro demais ser pobre", dizia chorando uma jovem cristã, muito pobre, engajada na luta libertadora das mulheres e no movimento de consciência negra.

Isolado, sem lugar onde falar, o excluído aos poucos introjeta *o discurso acusador da sociedade*: sente-se culpado, responsável por sua situação. Perde a auto-confiança e auto-estima. Não quer se declarar pobre para não sentir o juízo condenador dos outros. Perde a identidade e a faculdade de usar e valorizar suas próprias capacidades. Quando a solidão é longa e não existem perspectivas de integração, o pobre-excluído pode entrar em depressão ou revoltar-se, fugindo da família e da comunidade, tornando-se presa fácil da droga e experimentando até mesmo a tentação de pôr fim à sua vida.

A *pobreza divide e desintegra* a sociedade. Há uma "classe privilegiada", que estuda, viaja, prepara o seu futuro, segura de si mesma. As classes abastadas se beneficiam dos mercados financeiros e paraísos fiscais, da inclusão precária dos pobres e da redução dos salários e benefícios sociais. Quanto mais se amplia a fratura social, mais os pobres sofrem as conseqüências da violência institucionalizada e podem partir para outras formas de violência, pois nada mais têm

a perder.

A mesma lógica materialista que ignora e exclui as pessoas também explora e *destrói os recursos naturais* visando a novos lucros. Assistimos à depredação acelerada do meio ambiente e das condições de habitabilidade do planeta que ameaça a vida das futuras gerações. A atual crise ambiental atinge em primeiro lugar os mais pobres.

2. Construir a inclusão solidária

Vencer a exclusão não é apenas um desafio técnico; é um *imperativo ético, moral e espiritual*. Não depende só de mudanças no comportamento individual, por importantes e indispensáveis que sejam. São necessárias decisões e políticas públicas em âmbito nacional e internacional. Superar a exclusão é um desafio para cada pessoa e para todos os grupos e entidades de cada país. Na raiz das transformações encontram-se profundos valores humanos e evangélicos tão importantes como a indignação diante da injustiça e da miséria, o inconformismo que não teme ir na contramão das ideologias predominantes, afirmando a justiça, a compaixão, a reciprocidade e a solidariedade.

Em toda parte encontramos gestos e atitudes de *ajuda* e de *solidariedade* que vão ao encontro das necessidades de irmãos e irmãs vítimas da exclusão. Muitos pobres sabem partilhar o pouco que têm!

Muitas pessoas e grupos já atuam com generosidade para vencer as desigualdades. *A globalização da solidariedade* já

se manifesta de formas muito criativas. Seguindo o exemplo de Cristo, Bom Samaritano, os cristãos e as Igrejas também se fazem próximos e solidários dos mais pobres, e lutam para lhes garantir e salvaguardar a sua dignidade de filhos(as) de Deus. Apesar dos seus limites, as Igrejas têm a missão de se empenharem com novo ardor em favor da justiça social. Promovem iniciativas próprias e atuam em colaboração com pessoas, organizações e instituições que têm sede e fome de justiça. Sendo a luta pela justiça causa comum da sociedade como um todo, a Igreja Católica oferece sua contribuição, entre outras, mediante seu Ensino Social. Destacamos alguns princípios:

- a *dignidade* essencial e inalienável de toda e qualquer pessoa humana;
- a *destinação universal dos bens*: "todos os outros direitos, quaisquer que sejam, incluindo os de propriedade e de comércio livre, estão-lhe subordinados [...], e é um dever social grave e urgente conduzi-los à sua finalidade primeira";[12]
- a *solidariedade*: "é determinação firme e perseverante de se empenhar pelo bem comum, ou seja, pelo bem de todos e de cada um, porque todos nós somos verdadeiramente responsáveis por todos";[13]
- a *subsidiariedade*: "vejamos os pobres não como um problema, mas como possíveis sujeitos e protagonistas de um futuro novo e mais humano para todo o mundo".[14]

2.1. Princípios e valores comuns na luta contra a exclusão

Na verdade, são responsáveis prioritariamente pela busca da *inclusão solidária*, conforme sua competência, o Estado, a sociedade civil, a Igreja e outras instituições. Reafirmamos os princípios comuns contra a exclusão.

• A igual dignidade de todas as pessoas humanas, ricas ou pobres, além dos gêneros, das raças, línguas ou culturas. Os direitos civis e políticos, sociais e econômicos, inscritos na *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, de 1948, ou na *Constituição brasileira* de 1988 são para todos.

• A *promoção da justiça* enraizada na igualdade entre todas as pessoas e setores da sociedade como garantia de vida digna para todos, e a *justa redistribuição* das riquezas entre todos. A recusa de uma sociedade na qual a riqueza de poucos se faz à custa da pobreza de muitos.

• A *solidariedade*, caminho de fraternidade, de partilha, de compromisso e de co-responsabilidade na construção de uma sociedade sem desigualdade e exclusão. A solidariedade é uma determinação de trabalhar juntos para o bem comum.

• A *liberdade* como garantia da participação de todos na construção da justiça, e a defesa do *pluralismo*, a abertura e o

respeito do outro diferente. A diversidade é percebida como riqueza e não como ameaça e perigo.

• A valorização das atitudes e práticas de *coragem e fidelidade dos mais pobres*, nas suas lutas pela dignidade e justiça. Eles são os principais protagonistas de sua libertação.

• O serviço do *desenvolvimento integral* das pessoas, pela satisfação de todas as suas necessidades materiais, relacionais, culturais e espirituais, porque o mercado é incapaz de assegurar uma verdadeira inserção social, sustentável para todos.

• O *consumo responsável e solidário* como caminho que assegure a todos o acesso racional aos bens necessários.

2.2. O papel do Estado e as políticas públicas

O Estado tem responsabilidade própria e intransferível no combate à exclusão, na promoção do bem comum e na defesa dos direitos de todos os cidadãos. Indicamos algumas políticas públicas prioritárias para alcançar este objetivo:

a) "A *Reforma Agrária* acompanhada de uma adequada política agrícola, incentivo à agricultura familiar e agroecológica, para manter os pequenos agricultores nas suas terras, como uma das prioridades para criar trabalho e desencadear um profundo processo de transformação social no campo. Incentivar a pequena e média indústria para criar trabalho nas cidades menores, evitando o êxodo rural.

b) A *Reforma Urbana* que promova as políticas de urbanização, para melhorar as condições de vida da população migrante nas periferias.

c) A definição de estratégias para enfrentar as conseqüências negativas do avanço tecnológico e favorecer a *economia solidária*.

d) A ação decidida para superar o analfabetismo e o constante empenho para assegurar uma *política educativa* que favoreça maior inclusão social.

e) Uma corajosa *Reforma Tributária* que corrija o excesso de impostos e permita fazer frente ao desemprego e à desigualdade, promovendo justa distribuição da riqueza e renda nacionais.

f) A *luta contra a corrupção* e a impunidade em todos os níveis, através de legislação mais rigorosa e de aplicação mais rápida das leis.

g) O *controle administrativo* por parte do Estado, com a participação da sociedade organizada, dos bens públicos e serviços essenciais comuns universais (água, saúde, habitação, transporte e segurança), protegendo-os contra a lógica do mercado.

h) A *demarcação e homologação* das terras indígenas e dos remanescentes de quilombos, e o pleno direito dos povos indígenas e afro-brasileiros à sua cultura.

i) O *acesso à seguridade social*, direito de todo cidadão, como expressão de solidariedade nacional e dimensão central do bem comum.

j) A *defesa da Soberania Nacional* incluindo a regulamentação dos fluxos financeiros, a negociação do pagamento das dívidas, a celebração de justos acordos comerciais e a formação de blocos regionais como o Mercosul.

k) A *proteção do meio ambiente* por parte do Estado com a ação decidida contra a exploração selvagem da natureza, cuja degradação prejudica especialmente os mais pobres. Atenção diferenciada seja dada à Amazônia.

l) A *educação nas escolas* para a superação do consumismo ensinando a evitar o desperdício.

m) A promoção *da segurança alimentar e nutricional*, especialmente na superação da miséria e da fome.

2.3. Iniciativas da sociedade civil

É função da própria sociedade civil defender os interesses gerais ou específicos dos cidadãos contra as eventuais formas de dominação do Estado e do mercado globalizado, fortalecendo os movimentos sociais e populares. Entre as muitas iniciativas da sociedade civil, queremos destacar as seguintes, mais significativas:

• O avanço na *conquista de seus direitos* e novos espaços por parte das mulheres favorece a promoção de valores que contribuem para a humanização da sociedade, para a harmonização das relações e para criar alternativas de trabalho e de educação popular.

• Os próprios *excluídos são sujeitos* do processo de transformação de suas condições de vida. A sociedade deve apoiá-los, promovendo debates, encontros, cursos de base, festas e celebrações para despertar o interesse e desenvolver a autoconfiança e a consciência crítica, que devem caracterizar os líderes sociais. Para tal, é ainda importante o resgate da memória das lutas e dos líderes do povo.

• A criação de *novas formas de trabalho* é prioritária na luta contra a exclusão. Existem múltiplas experiências de trabalho comunitário no âmbito de uma economia justa e solidária: cooperativas, oficinas, lojas e empresas comunitárias etc. A finalidade do trabalho comunitário não é o lucro mas a satisfação das necessidades básicas da maioria da população. A produção se baseia na colaboração e solidariedade entre os trabalhadores. A sociedade civil deve exigir que o Estado ajude na promoção dessas novas formas de trabalho.

• No seio da sociedade civil multiplicam-se *os espaços de comunicação* e partilha — comunidades de solidariedade — onde cada um se sente reconhecido e acolhido, e reencontra sua autoconfiança e dignidade. Nesse sentido, constitui real avanço a crescente consciência de algumas empresas quanto à sua responsabilidade social.

2.4. A atuação da Igreja Católica

Ao longo da sua história, a Igreja Católica no Brasil sempre teve presença significativa e atuante na vida do país. Nos últimos 50 anos, a partir do Concílio Vaticano II (1962-

1965), sua intervenção se fez mais incisiva na defesa dos pobres e no serviço da justiça e solidariedade. Inspirada e guiada pelo apelo radical do Evangelho, elaborou sua Doutrina Social e tem procurado dar sua contribuição para o bem comum. Ela acumulou ao longo dos anos, não raro através de dolorosas provas, uma *riquíssima experiência* humana, ética e espiritual no que diz respeito à luta contra a miséria e a exclusão. Seguindo o exemplo de Cristo, a Igreja quer tornar-se o Bom Samaritano, que atenda generosamente todos os homens e mulheres deixados meio mortos na beira da estrada.

A criação do *Movimento de Educação de Base* (MEB) em 1961, com projeto de alfabetização de jovens e adultos, significou os primeiros passos para a formação da consciência crítica dos povos como sujeitos de sua própria inclusão.

A defesa dos *direitos humanos* no tempo do regime militar favoreceu maior integração com os setores democráticos. A Igreja contribuiu para a elaboração da Constituição de 1988 e com o processo de reconstrução democrática. Diante dos crescentes desafios sociais e políticos, a Igreja sente-se no dever de manter e consolidar sua colaboração mais direta em iniciativas do poder público ou da sociedade civil. Sua contribuição maior, entretanto, é de oferecer motivações espirituais capazes de sustentar a luta das pessoas no enfrentamento das dificuldades em promover a justiça social.

A *opção evangélica pelos pobres* vem renovando a participação e a partilha na Igreja e incentivando o espíri-

to missionário das comunidades. Sendo evangelizados, os pobres nos evangelizam e nos fazem redescobrir a beleza e força transformadora do Evangelho de Cristo. A Igreja deve sempre examinar a maneira como mantém vivo e concreto esse amor preferencial de Cristo pelos pobres, primeiros destinatários da sua Boa Nova. Essa opção deve qualificar toda a ação pastoral da Igreja.

O individualismo, acentuado pela mercantilização de toda a vida, ameaça e enfraquece as relações sociais e a coesão da sociedade. Face à exclusão de muitos irmãos, é urgente revalorizar a dimensão comunitária, renovando as relações interpessoais, fundamento para novas relações sociais justas. As *Comunidades Eclesiais de Base*, os Círculos Bíblicos, os pequenos grupos de partilha e reflexão e outras formas de vida comunitária constituem um modo especial para toda a Igreja, para os pobres em particular, de viver a dimensão fraterna e sua missão evangélica e profética.

As *Pastorais Sociais* na missão evangelizadora da Igreja representam significativa participação na construção de uma sociedade justa e solidária. Elas são presença privilegiada e despertam maior sensibilidade e atenção às contradições e aos conflitos da sociedade. Pelos seus compromissos concretos em defesa da vida e da dignidade dos pequenos denunciam as estruturas sociais perversas que geram desigualdade e miséria e anunciam a justiça do Reino.

As *Campanhas da Fraternidade* são momentos fortes de sensibilização e participação de toda a Igreja. O "toque

profético" ao tratar de temas sensíveis, a solidariedade com os setores sociais mais vulneráveis, a seriedade de sua preparação, sua dimensão ecumênica, a colaboração com outros atores sociais, contribuem para a formação e para o compromisso fraterno da cidadania. Eles marcam a presença da Igreja, solícita nas alegrias e sofrimentos da humanidade, a serviço de suas necessidades mais prementes.

Da Campanha de 1995, cujo tema era "Fraternidade e os Excluídos", nasceu o *"grito dos excluídos"* que a cada ano, durante a semana e o dia da Pátria (de 1 a 7 de setembro) promove em todo o país, e, agora, já em nove outros países da América Latina e do Caribe, manifestações religiosas, sociais e artísticas para sensibilizar e mobilizar comunidades cristãs e organizações da sociedade para denunciar as condições de vida anti-humanas.

Na década de 1990, com as *Semanas Sociais Brasileiras*, iniciou-se uma nova forma de serviço da Igreja. São momentos de partilha, reflexão e aprofundamento de temas sociais em parceria com numerosos atores de outras Igrejas e dos movimentos sociais. São processos importantes, que merecem a atenção e o cuidado das dioceses e regiões, para a formação de lideranças cristãs que atuem social e politicamente no serviço da paz e justiça.

O *"Mutirão Nacional de Superação da Miséria e da Fome"*, lançado pela CNBB em 2002, constitui outra manifestação de amor da Igreja pelos esquecidos e rejeitados pela sociedade, que vivem abaixo da linha de pobreza, malnutridos ou famintos. O mutirão é uma forma particular

da Igreja de participar ativamente na superação da fome e incentivar políticas públicas nessa direção. É justo mencionar o trabalho voluntário realizado pelos vicentinos e as inúmeras obras sociais desenvolvidas pelos institutos religiosos e por outras entidades da Igreja, para o atendimento e a promoção dos pobres.

O *Mutirão pela Amazônia*, iniciado em 2003, quer responder melhor às necessidades sociais, culturais e espirituais dos amazônidas e, de modo especial, dos povos indígenas, expostos à cobiça dos exploradores de madeira que ocupam suas terras.

A participação de católicos preparados nas *comissões municipais populares*, apoiados pela comunidade, muito tem contribuído para o bem comum.

A *Cáritas Brasileira* é reconhecida por muitos responsáveis pela vida pública e organizações da sociedade civil como uma parceira privilegiada ao articular obras de assistência social e propor perspectivas críticas de transformação da sociedade. Destacamos a promoção do semi-árido e a construção de cisternas.

As *Comissões Justiça e Paz* desenvolvem, também, um excelente trabalho de análise crítica, junto com outras entidades, orientado para a formação e a mobilização dos cristãos e pessoas de boa vontade. Cumpre lembrar a mobilização em favor da Lei 9840 de Iniciativa Popular contra a corrupção eleitoral, com impacto significativo na lisura do processo eleitoral.

Outras numerosas formas de serviço da Igreja à causa dos pobres testemunham o seu amor por aqueles que lutam pela sobrevivência. Em muitos lugares, se fortalecem verdadeiras redes de solidariedade.

A *política* pode ser um caminho privilegiado para o serviço da justiça, "uma forma sublime da caridade". Enquanto as forças do mercado tendem a reduzir o espaço da responsabilidade pública, a Igreja quer reabilitar a política, denunciando e lutando contra a corrupção, participando da administração da "res-pública", encorajando os cristãos a "entrar" na política e acompanhando os que já atuam neste campo. No final dos anos 70 e durante os anos 80, houve grandes esforços de formação para uma atuação na realidade social e política, esforços que continuam nas atuais *Escolas de "fé e política"*, espalhadas por todo o Brasil. Nesse contexto, assume especial importância o recém-criado "Centro Nacional de Fé e Política Dom Helder Camara" da CNBB.

A *Doutrina Social da Igreja* é um tesouro de imenso valor, ainda pouco conhecido, cuja riqueza contribui para a compreensão e solução dos problemas sociais. A CNBB difunde esse "Evangelho social" em documentos, diretrizes pastorais e pronunciamentos bem adaptados à realidade social do país. Ele tem sido acolhido por cristãos atuando nas empresas, nos sindicatos e em outros grupos da sociedade civil. Há também louváveis esforços para expressar as orientações em linguagem mais popular. As escolas "Fé e Política", e os encontros da 4ª Semana Social (2004-2006) são momentos privilegiados para aprofundar o conhecimento dessa Doutrina.

Jesus Cristo veio para que todos tenham vida. Ele é o Caminho, a Verdade e a Vida. Isso exige profunda conversão do coração e da mente, na vida pessoal e coletiva. Pelos seus valores e atitudes de coragem, partilha e fidelidade nas provações, *os pobres são profetas* contemporâneos que denunciam as estruturas iníquas e o pecado social, e anunciam novas relações sociais de solidariedade e fraternidade. Não se pode deixar de lembrar aqui a voz de profetas que dedicaram sua vida pela dignidade dos seus irmãos e irmãs pobres, alguns até o sacrifício da própria vida, como, recentemente, o fez a Irmã Dorothy Stang.

Capítulo 4
DIGNIDADE HUMANA E BIOTECNOLOGIAS

1. Nova realidade: fascinante e preocupante

1.1. Constante atenção da Igreja

A preocupação com a dignidade humana, por parte da Igreja, remete para sua origem e sua razão de ser e está diretamente ligada a Deus, que nos fez todos à sua imagem e semelhança. Desde que, na pessoa de Jesus Cristo, Deus assumiu a condição humana, a Igreja compreende a promoção e defesa da sua dignidade como parte integrante de sua missão. Ao longo da história esta consciência foi-se manifestando tanto por gestos concretos de solidariedade, como por instituições e documentos.

A novidade da situação nos campos da genética e das biotecnologias, novidade por vezes veiculada de maneira sensacionalista pela mídia, bem como a complexidade das questões nos obrigam, antes de mais nada, a nos perguntarmos sobre o que está ocorrendo, de fato. Apesar da ambigüidade que acompanha os avanços biotecnológicos, queremos também sinalizar os avanços seja em termos de produção de bens e de saúde, seja em termos da possibilidade de uma nova consciên-

cia e de novas práticas políticas e sociais. Ao mesmo tempo é preciso denunciar o que fere a dignidade do ser humano e a inviolabilidade de sua vida. É no contexto de esperanças e desafios que ressaltaremos nossa missão como Igreja Católica.

Este não é o primeiro momento da história que pode ser classificado como "novo". Quando as viradas históricas são muito rápidas e profundas, costuma-se falar em "revoluções". Estas revoluções sinalizam aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais, tecnológicos ou religiosos. O que é comum a todas estas revoluções é que, apesar da profundidade e rapidez das mudanças, persiste uma certa continuidade com o período anterior, seja em termos de conhecimentos, seja em termos de práticas. A revolução biotecnológica parece colocar-se num nível ainda mais surpreendente, pois mergulha nas profundezas do código genético, tanto para conhecê-lo como para, eventualmente, alterá-lo. Hoje existe, de fato, uma revolução biotecnológica em curso e a partir dela têm sido alcançados alguns resultados impensáveis em um passado recente. Isso fascina e preocupa ao mesmo tempo.

1.2. Genética e biotecnologia: das pressuposições às presumíveis certezas

Através de lendas, mitos e ritos, a humanidade sempre expressou certa curiosidade, certos conhecimentos e sempre uma profunda reverência diante dos mistérios da vida. E mais: desde há muito os seres humanos buscaram meios não apenas de conviver com estes mistérios, mas até para inter-

ferir sobre o que julgavam ser as leis que comandam a vida. Mas é claro que, tanto na linha dos conhecimentos, quanto na linha dos procedimentos, devem ser sinalizados certos marcos progressivos. Entre eles destaca-se a descoberta das leis da hereditariedade feita pelo monge Gregor Mendel em meados do século XIX. Formado na Universidade de Viena, chamado "pai da genética", ele conseguiu conjugar razão e fé, ressaltando ao mesmo tempo "fatores" permanentes responsáveis pela transmissão e expressões da vida, e a capacidade de se encantar diante das maravilhas da criação sempre renovada.

Quando se fala de genética e de biotecnologia, devem-se distinguir várias etapas. Numa etapa bem primitiva, tanto a genética como a biotecnologia dispunham apenas de observação e de um aproveitamento de recursos naturais. Numa segunda fase incrementada pela Revolução Industrial, passa-se a produzir "mais e melhor", inclusive com a utilização de produtos químicos. A denominada "revolução verde" é resultante desta etapa. A biotecnologia no sentido atual resulta de um conglomerado de ciências e tecnologias.

Para se perceber melhor o alcance da revolução biotecnológica atual, convém lembrar algumas características. A primeira delas remete exatamente para esse conglomerado, onde, a rigor, as tradicionais fronteiras entre ciência e tecnologia, entre mecânica, física, química, biologia, fisiologia, engenharia, eletrônica, dão lugar a uma verdadeira rede, semelhante àquela que se estabelece na informática. Outra característica vem representada pela segurança e rapidez com as quais os resultados podem ser ordinariamente previstos,

diminuindo os riscos e o tempo despendido. Ainda outra característica é aquela de uma confiança, por vezes exagerada, na capacidade técnica para resolver os problemas humanos mais complexos.

1.3. Genética: desvendando muitos segredos e levantando muitos questionamentos

Para avaliar os avanços da genética convém ter presentes as preocupações que marcaram o século XX na forma de algumas perguntas: mas afinal o que são os genes? Onde se localizam? Quantos são os genes? Quais são suas funções? Como agem? Como se articulam? Qual sua responsabilidade no caso de certas doenças? A rapidez com a qual surgem novas observações sobre os genes e a conseqüente mudança sobre os mesmos desaconselha qualquer tentativa de definição. O que se sabe é que, além da realidade física, eles são também uma central de informações que se encontra na origem da realidade física e que determina a sua concretização em tecidos e órgãos. Sabe-se ainda que, em geral, eles não agem sozinhos. E finalmente, hoje, também se sabe que os genes não são uma espécie de patrimônio pétreo, intocável e imutável: eles interagem não apenas com a matéria-prima do DNA, mas também com o meio ambiente, num fluxo e refluxo contínuos. Quem fala de genes está falando de uma realidade que conhece alterações, mutações, com perdas e aquisições, inversões, troca de posição, e assim por diante.

O Projeto Genoma Humano, levado a efeito durante exatamente 10 anos (1990-2000) pelos esforços de diversas nações

e instituições particulares, apesar dos questionamentos aos seus aspectos político e econômico, foi da máxima importância para firmar certos dados anteriores, e, ao mesmo tempo, para colocar em descrédito outros. Mas este mesmo megaprojeto, que muito fez progredir a genética, também reforçou certas dúvidas, fazendo com que o muito saber se conjugue perfeitamente com o que ainda não se sabe. Assim, o que não se sabe é exatamente o número de genes de cada espécie. O que existem são estimativas. Nem sequer o número de genes humanos é um dado certo: há alguns anos se falava em 100 mil; depois passou-se a falar em 50 mil; em seguida em 30 mil e hoje se fala em apenas 20 mil genes. Isso significa que também na genética há tantas pressuposições e hipóteses quanto certezas.

Todo esse acervo de certezas e dúvidas remete para algumas importantes descobertas relacionadas ao material genético. Há muito se sabia que órgãos e tecidos são formados por células; cada célula contém um genoma completo, distribuído em 23 pares de cromossomos. Também já se sabia que o DNA sustenta todas as formas de vida, mas só em 1944 é que ficou evidenciado ser o DNA a molécula responsável pela transmissão das informações genéticas. Passo importante foi dado em 1953 com a descoberta da estrutura do DNA. Outro passo ainda foi dado com a manipulação do DNA recombinante. Isso significa que o material genético pode ser "recortado" aos pedaços e novamente "colado", mas em posições diferentes, com profundas alterações nas manifestações da vida (1973). O quarto passo está sendo dado agora com a descoberta das células-tronco. Umas são embrionárias; outras são denomi-

nadas adultas. As primeiras são destinadas a impulsionar os mecanismos da vida; as segundas, a eventualmente regenerar tecidos e órgãos. Como veremos mais adiante, esta distinção é fundamental. A falta de distinção está na origem de não poucos mal-entendidos, mas indiscutivelmente, trata-se de descobertas muito importantes.

1.4. Biotecnologia: expressão de um novo poder

Durante milênios a humanidade se especializou em moldar o meio ambiente e a aparar eventuais arestas existentes nos seres vivos e até em si própria. A maioria dessas modificações não são apenas externas, como são também mais ou menos superficiais. Assim, no caso do ser humano, ao aparar seu cabelo, suas unhas, fazer maquiagem, microcirurgias de ordem estética, em geral ele estará apenas dando retoques. Os medicamentos, por sua vez, já vão atuar num nível mais profundo. Algo de mais profundo ainda ocorre no nível da acoplagem de aparelhos cada vez mais sofisticados ao próprio corpo. São as mais variadas "próteses", que vão de peças metálicas até mesmo "microchips", que conjugam biotecnologia com eletrônica, e se destinam a corrigir ou a aprimorar o desempenho de órgãos ou do organismo inteiro. Num nível mais profundo ainda, vamos nos deparar com cirurgias mais radicais e com procedimentos próprios das unidades de tratamento intensivo (UTI). Aqui já começa a aparecer de forma mais clara um exercício de poder direto sobre a vida.

Também não deixa de ser um exercício de poder, com profundas implicações éticas, a escolha prévia de óvulos e espermatozóides, seja visando à inseminação, seja visando à fecundação artificial (bebê de proveta) com características especiais. Mas tudo isso ainda pressupõe a manutenção do código genético original, o que não acontece nos processos de clonagem, que alteram esse código.

É preciso reconhecer que, definitivamente, nos encontramos diante de uma realidade nova e com repercussões sobre a natureza dos seres vivos. É com este horizonte de fundo que hoje se fala sempre mais em "biopoder". Quem tem o domínio dos segredos da vida pretende dominar a própria vida. Isso traz muitas interrogações de cunho antropológico e ético.

A existência de um biopoder torna-se mais clara quando se tem presente que o *Projeto Genoma Humano*, expressão mais acabada das conquistas em termos de genética e de biotecnologia, parece se articular com ao menos dois outros megaprojetos que o precederam: o Manhattan e o Apollo. O primeiro visava ao domínio do átomo; o segundo, ao domínio do espaço. Junto com inegáveis benefícios, o primeiro produziu a bomba atômica e o segundo possibilitou o rastreamento minucioso do que ocorre no universo, mas também ameaçando de maneira significativa a privacidade. Diante disso e do que se percebe como desdobramentos da conjugação entre genética e biotecnologia, é compreensível que se alternem esperanças de avanços verdadeiros e medo

de recuos desumanizantes.

2. Conquistas e esperanças

A ambigüidade dos acima referidos megaprojetos remete para o nível antropológico. Por isso mesmo convém examinar cuidadosamente tanto as razões para as esperanças, quanto as razões para os temores. Como sinais de esperança devemos ressaltar a perspectiva de ganhos em termos produtivos, e também em termos de uma nova sensibilidade ética. A complexidade dos problemas gera muitas hesitações e é nesse contexto que queremos colaborar, oferecendo nossos esforços na procura da verdade, auxiliados pela luz do Evangelho da Vida.

2.1. Avanços em termos produtivos e médicos

Indiscutivelmente a conjugação de biogenética com biotecnologia abre perspectivas de conquistas significativas em todos os campos do saber e do poder, sobretudo nas duas áreas acima referidas: a da produtividade e a da consciência de responsabilidade. No que se refere à produtividade, cabe sinalizar os avanços em termos de agroindústria. A polêmica em torno dos transgênicos tem sua razão de ser. Pois além das fundadas interrogações referentes à saúde e à ecologia, é preciso acrescentar interrogações referentes ao "pacote biotecnológico" que umas poucas multinacionais detêm em mãos e com o qual impõem uma hegemonia econômica quase absoluta. Contudo, esta problemática não pode impedir que se reconheça a

possibilidade de melhores resultados de um ponto de vista tanto quantitativo, quanto qualitativo. Uma coisa é produzir transgênicos e apostar todas as cartas nesta direção com a ilusão de que com eles se pode vencer o terrível drama da fome; outra coisa é, através de novos conhecimentos e novas técnicas, buscar o aprimoramento na agricultura. Como também não se pode esquecer que a utilização das várias formas de bioenergia se apresenta como uma solução para a carência das atuais matérias-primas que dão sinais de esgotamento.

Entretanto, quando se fala em *"avanços"* é preciso dar destaque também ao campo da medicina, com esperanças de prevenção ou melhora em relação a certas anomalias de origem genética. Ninguém sabe ao certo o número delas. As indicações "estatísticas" são muito precárias. Ademais uma mesma doença pode se apresentar com graus de intensidade e origens muito diferentes. O fato é que elas se constituem num grave problema que pode e deve ser enfrentado. Entre as doenças de cunho genético que mais chamam a atenção encontram-se a síndrome de Down (mongolismo), o mal de Alzheimer, o mal de Parkinson, vários tipos de distrofia muscular, fibrose cística, diabetes, esclerose múltipla. Evidentemente a lista é bem maior e mesmo entre as citadas, nunca existe um padrão, pois ao mesmo tempo que apresentam traços comuns, apresentam também traços originais em cada pessoa. E isto traz dificuldades de diagnóstico e, conseqüentemente, para uma eventual terapia.

Mas, apesar de tudo, é exatamente na linha dos diagnósticos que a biogenética e a biotecnologia apresentam as

primeiras *esperanças concretas*. Os diagnósticos na base do DNA (material genético) são mais rápidos e mais precisos do que os exames até há pouco considerados ultra-sofisticados. Com isso abrem-se boas perspectivas para uma ação preventiva nas várias fases da vida e até mesmo antes de as doenças se manifestarem. Salvaguardados os princípios éticos básicos de respeito à vida em todas as suas fases e em todas as suas formas, só podemos louvar os empenhos feitos nessas direções: seguindo o exemplo de Jesus que "tem compaixão", na medida das nossas possibilidades, devemos socorrer os que sofrem (DGAE, n. 77). Como também, dentro das mesmas condições, sobretudo na linha de evitar qualquer tipo de discriminação e predisposição para o aborto, é louvável o *aconselhamento genético*, desde que seja criterioso.

Claro que, como todos esses procedimentos são sofisticados, por enquanto encontram-se ainda numa linha experimental e fora do alcance da maioria da população. Eventuais progressos em termos de terapia gênica, mesmo no sentido amplo da palavra, não poderão ser considerados como substitutivos dos meios convencionais para preservar a saúde e evitar doenças. Por meios convencionais entendemos condições alimentares, habitacionais, educacionais, afetivas, políticas, sociais, religiosas, favoráveis ao desenvolvimento integral da pessoa humana. Nesse sentido, mais do que intervenções miraculosas, a genética e a biotecnologia oferecem conhecimentos e recursos que deveriam levar a um aprimoramento dos meios convencionais. E nesta altura já se evidencia uma questão ética de primeira grandeza: como

investir na biotecnologia, mas sem negligenciar os investimentos prioritários que são os que se destinam à saúde pública, ainda tão precária em nosso meio?

2.2. Possíveis avanços em termos de consciência e práticas sociais

A aceleração das descobertas dos mecanismos da vida e de instrumentos capazes de interferir diretamente sobre eles fez com que surgissem sérias inquietações sobre o presente e o futuro da vida na terra. A Bioética, valendo-se de uma metodologia interdisciplinar, constitui-se em ferramenta valiosa que, corretamente concebida, pode nos oferecer grande contribuição no sentido de orientar a conduta humana no campo das ciências da vida e da saúde. É o que reconhece a Encíclica *Evangelium Vitae* (n. 27), quando diz: "particularmente significativo é o despertar da reflexão ética acerca da vida: a aparição e o desenvolvimento cada vez maior da *Bioética* favoreceu a reflexão e o diálogo — entre crentes e não-crentes, como também entre crentes de diversas religiões — sobre problemas éticos, e mesmo fundamentais, que dizem respeito à vida humana".

Para os pioneiros, a Bioética se fundamenta em quatro princípios básicos: o da autonomia, o da justiça, o da beneficência e o da não-maleficência. O primeiro visa garantir a todos os direitos mais fundamentais da pessoa; o segundo os da sociedade; o terceiro e o quarto princípios articulam dialeticamente o fazer o bem e evitar o mal, sobretudo em face às pessoas fragilizadas. Como se percebe, esses quatro princípios

se apresentam como uma espécie de "ponte" entre as várias ciências e os vários setores da sociedade para salvaguardar a vida. Desde seus primórdios a Bioética se apresenta como interdisciplinar, mas sem perder o fio condutor do respeito a todas as multiformes manifestações da vida. O princípio da dignidade inviolável da pessoa humana desde a concepção até o seu fim natural, em qualquer fase ou condição em que se encontre, fundamenta a reflexão cristã neste campo do saber.

Aos poucos foram aparecendo algumas críticas e tendências complementares no campo da Bioética. Para além de modismos eventualmente existentes, umas ressaltam a transcendência da pessoa humana; outras acentuam a necessidade de maior vigilância em relação às manipulações de cunho ideológico; outras priorizam os prismas políticos, econômicos, sociais e ecológicos de todas as questões; outras ainda se perguntam a quem estão servindo efetivamente os laboratórios de biotecnologia. Em seus primórdios, as pesquisas genéticas tinham muito em mente o aspecto corretivo, ou seja, a tentativa de sanar certos males de cunho genético. Hoje, a pergunta que se pode fazer é se os aspectos corretivos não deram lugar ao prospectivo comandado pelos caprichos de quem sonha com um contestável "aprimoramento" da espécie humana.

Também, como era de se esperar, a nova realidade alimentada pelos avanços da biotecnologia veio aguçar uma série de questões tradicionais, mas que agora se fazem mais contundentes na exata medida em que poderosas organizações detêm em suas mãos o destino da vida e da morte das pessoas. A complexidade dos problemas exige *muito estudo e muitos debates* para que os vários ângulos sejam devida-

mente levados em consideração. É através de informações honestas que se pode chegar a decisões adequadas em defesa da vida. Daí não só a conveniência mas a necessidade de poder contar com instituições que, além daquelas de cunho religioso, procurem oferecer para todos balizas que defendam e promovam a vida no sentido mais profundo e mais abrangente da palavra. E, felizmente, é isto que vem ocorrendo: não apenas multiplicam-se escritos, congressos e institutos de Bioética, mas os Comitês de Bioética passam sempre mais a fazer parte integrante dos próprios centros de pesquisa. É verdade que certos grupos, em nome da Bioética, acabam justificando violações dos direitos mais fundamentais do ser humano. Contudo, apesar disso e de estarmos diante de um recente campo na área do saber ético, a Bioética pode ser um instrumento de diálogo em favor de linhas de conduta verdadeiramente responsáveis diante dos novos desafios.

3. Missão profética da Igreja: anunciar o Evangelho da Vida

Ao longo da nossa história a Igreja Católica presente no Brasil sempre desempenhou papel importante, seja no cotidiano da vida do país, seja nos momentos quando foram tomados novos rumos para a sociedade. Julgamos nossa obrigação fazer-nos presentes também nesta hora na qual estão ocorrendo transformações tão profundas na linha dos conhecimentos e da capacidade de intervir nos mecanismos mais secretos da vida. Alguns setores da sociedade mais ligados a empresas de biotecnologia parecem ignorar esse

passado e contestam nossa liberdade de atuação no presente. Por isso julgamos conveniente relembrar as razões de nossa fé e a missão específica que nos foi confiada por Jesus Cristo: a missão de anunciar o Evangelho da Vida, centro da mensagem de Jesus Cristo (EV n. 1).

3.1. As razões da nossa fé

Temos consciência de estar vivendo numa sociedade pluralista, onde convivem lado a lado não apenas muitas denominações cristãs e muitas religiões diferentes, como também muitas pessoas que não professam religião definida. Assim, nem sempre é fácil entender quais são de fato os ensinamentos da Igreja e por que, em certas questões, ela parece estar nadando contra a corrente. Recordar as fontes que nos inspiram em nossos pronunciamentos e em nossas posturas abre melhores perspectivas para o diálogo.

3.1.1. Tudo foi feito por Ele (Jo 1,2)

A velocidade das recentes descobertas nos transmite uma sensação paradoxal: a de sabermos quase tudo, por um lado, e de sabermos muito pouco, por outro lado. Diante disso surge espontaneamente a pergunta sobre as origens e o sentido da vida. Nenhuma das muitas teorias se mostrou mais convincente do que aquela certeza que encontramos expressa já nas primeiras páginas da Bíblia: na origem de tudo só poderia mesmo estar um Deus infinitamente sábio e todo poderoso para criar o que criou e como criou todas as coisas. Todas trazem as marcas de Deus e muitas foram vivificadas,

tendo os seres humanos recebido o "sopro divino", criados à imagem e semelhança de Deus. O mesmo livro do Gênesis nos assegura que Deus não criou o mundo pronto, mas quis que os seres humanos fossem parceiros na obra da criação (cf. DGAE, n. 72). Ademais, Deus nos confiou a administração de tudo, mas com algumas condições para que tenhamos êxito no empreendimento. A primeira delas diz respeito à sabedoria da gestão, o que comporta levantar sempre de novo a pergunta sobre o sentido mais profundo que se esconde por trás de tudo o que existe. A segunda condição é a de que os seres humanos devem agir em solidariedade, de tal forma que os mais fracos sejam amparados pelos mais fortes. Ou seja: a gestão sábia pressupõe comunhão dos seres humanos com o Criador, entre si e com as demais criaturas.

Os planos de Deus atinentes às suas criaturas tornam-se mais claros ainda quando apreendemos que esta obra maravilhosa é presidida pelo próprio Filho de Deus. "[...] nele foram criadas todas as coisas, nos céus e na terra, as visíveis e as invisíveis [...]. Ele é antes de tudo e tudo subsiste nele" (Cl 1,15s; Hb 1,6). Pois bem, este Filho de Deus se fez um de nós e "veio morar entre nós" (Jo 1,16). Assumiu totalmente a nossa condição humana, menos o pecado, participando de nossa vida naquilo que ela apresenta de grandioso, mas também naquilo que ela apresenta de limitado. Pelo seu sofrimento e pela sua morte, Ele nos revela o caminho da vida em plenitude. Como sinais desta vida plena, Ele realiza curas, indicando quanto Deus valoriza também a vida corporal do

homem (cf. EV, n. 47). Jesus não apenas caminhou conosco no passado, mas está sempre no meio de nós (cf. Mt 28,20). *Isto nos enche de confiança, justamente em momentos como os atuais*, quando, diante do poder que os seres humanos detêm em mãos, nos interrogamos mais a fundo sobre o futuro da vida sobre a terra.

Esta mesma fé nos assegura ainda que o Filho de Deus uniu a divindade à humanidade, e a humanidade à divindade, dando-nos assim a certeza de que não existe verdadeira oposição entre razão e fé. Pelo contrário, como acentua o Papa João Paulo II: "A fé e a razão constituem como que as duas asas pelas quais o espírito humano se eleva para a contemplação da verdade. Foi Deus quem colocou no coração humano o desejo de conhecer a verdade e, em última análise, de conhecer a Ele, para que, conhecendo-o e amando-o, possa chegar também à verdade plena sobre si próprio" (*Fides et Ratio*, n. 1). A Igreja, que é "perita em humanidade", olhando-a com a luz da fé e num espírito de diálogo, sempre ofereceu e continua oferecendo sua colaboração para a construção de um mundo melhor.

3.1.2. A Igreja na promoção da vida e da dignidade humana (DGAE, nn. 64s)

Tendo-se o referencial da Palavra de Deus não é difícil de compreender por que a Igreja se manifesta com tanto empenho na promoção e defesa da vida. Além da atuação constante através de suas múltiplas instituições de ordem

sanitária, hospitalar e social, ela *foi construindo todo um acervo de ensinamentos*. Uns são mais voltados para o contexto onde se desenvolve a vida em sociedade: são os conhecidos "Ensinamentos sociais da Igreja"; outros são mais diretamente voltados à salvaguarda da vida e da dignidade humanas. Nestas últimas décadas, além de inúmeras referências ocasionais, merecem destaque ao menos dois documentos: a Instrução *Donum Vitae* (1987), da Congregação para a Doutrina da Fé, e a Encíclica *Evangelium Vitae* (1995), do Papa João Paulo II. Por um lado esses documentos manifestam a satisfação com o avanço das pesquisas científicas e o fato de os seres humanos irem tomando em mãos o próprio destino (DV, n. 2). Por outro lado fica patente a preocupação com a possibilidade do desconhecimento dos limites: "nem tudo o que é tecnicamente possível é moralmente admissível" (DV, n. 4).

Com muita clareza, a *Donum Vitae* destaca: o valor inestimável da vida (DV, n. 1); o direito primeiro e fundamental à vida e sua dignidade de pessoa; o respeito devido desde o momento da fecundação (DV, nn. 5; I, 1); a união indissolúvel entre amor e procriação (DV, n. 5; Catecismo da Igreja Católica, nn. 245-246); o apoio aos procedimentos de fato terapêuticos, desde que sejam respeitados os critérios éticos (DV, I, 3). Em contraposição, o mesmo documento vai reforçar uma série de proibições há muito repetidas pela Igreja: a reprodução em laboratório; a inseminação e fecundação artificiais; a clonagem e a partenogênese; a manipulação de embriões; enfim, tudo o que atenta contra a dignidade humana (DV, I, 4ss). Já a *Evangelium Vitae*, apesar de ter como foco

alguns problemas concretos e muito específicos (homicídio, aborto, suicídio assistido e eutanásia), vai fazer uma leitura muito mais ampla, denunciando todo o contexto que favorece estes e outros atentados contra a vida. Pois ao lado de antigas e dolorosas chagas já conhecidas de outros tempos, como a fome e a exploração do trabalho, "hoje se vêm juntar outras com modalidades inéditas e dimensões inquietantes" (EV, n. 3). Numa expressão densa e contundente a *Evangelium Vitae* vai apontar para aquilo que está na raiz dos antigos e novos atentados: "*uma conjura contra a vida* e uma *cultura da morte*" (EV, n. 12).

3.1.3. Queremos colaborar na construção da cultura da vida

A cultura não se resume a uma série de atos, ainda que repetidos. Ela se caracteriza por "padrões" de compreensão e de comportamentos. Ora, ao mesmo tempo que hoje não faltam expressões de uma cultura da vida, encontramos outras expressões gritantes da força de uma cultura da morte em ação, e em múltiplas frentes. Apontam para a *cultura da vida* todas aquelas virtudes que se traduzem pelo espírito de acolhida, pela solidariedade, pela compreensão, pelo perdão. Apontam para a *cultura da morte* todas aquelas forças que se traduzem nas várias formas de violência, no aborto, no tráfico de órgãos, no homicídio, na eutanásia, no cultivo de toda espécie de preconceitos, de ódio, de vingança.

Como a referida Encíclica do Papa João Paulo II recorda, algumas ameaças à vida remetem para a própria natureza, ainda que, por vezes, sejam reforçadas pela negligência humana;

muitas remetem diretamente para a maldade humana. Infelizmente o leque da maldade humana é enorme: passa pelas guerras e pelo "escandaloso comércio de armas, que favorece o torvelinho de tantos conflitos armados que ensangüentam o mundo"; passa pelas várias formas de violência "causada à vida de milhões de seres humanos, especialmente crianças, constrangidos à miséria, à subnutrição e à fome, por causa da iníqua distribuição das riquezas entre os povos e entre as classes sociais" (EV, n. 10).

É diante de tudo isso que devem ser entendidas nossas posturas e nossos esforços: não é apenas num plano individual que se trava esta luta entre cultura da vida e da morte, mas também num plano social e político. Por isso mesmo o anúncio do Evangelho da Vida deve ser alimentado "por meio *de formas de animação social e de empenho político*, que defendam e proponham a vida nas nossas sociedades cada vez mais complexas e pluralistas" (EV, n. 90). E entre estas políticas merecem lugar de destaque as políticas sociais e familiares. Em suma, trata-se de buscar uma virada histórica que só é possível mediante "uma mobilização geral das consciências e um esforço ético comum, para se atuar uma grande estratégia em favor da vida. Todos juntos devemos construir uma nova cultura de vida" (EV, n. 95).

3.2. Recordando algumas posições

Tanto a Encíclica *Humanae Vitae*, do Papa Paulo VI, quanto a já citada *Evangelium Vitae* têm a preocupação de

fazer uma leitura mais global dos problemas. Mas, também, ambas não deixam de pontualizar aqueles problemas mais elucidativos de uma cultura da morte e de uma cultura da vida. Seguindo o exemplo desses dois documentos, vamos acentuar posturas importantes para a construção de uma cultura da vida. Faremos isso em dois momentos: no primeiro, recordaremos questões já abordadas por nós em outros contextos; no segundo, vamos trazer à tona questões hoje fortemente veiculadas pela mídia.

3.2.1. Todos têm direito a um lar

Se há alguns anos a grande preocupação parecia consistir em "evitar filhos" a todo custo e com qualquer método, hoje se nota um movimento do "filho único", mas visto como um direito a ser obtido também a qualquer custo e com qualquer método. Para certas pessoas ter um filho tornou-se uma verdadeira obsessão. Multiplicam-se os casos dos que buscam a concretização dos seus desejos pessoais através dos laboratórios. Assim inseminação artificial, fecundação *in vitro*, com ou sem transferência para o seio de uma mãe biológica, passam a ser vistos como expedientes normais, inclusive para atender aos caprichos de pessoas. Além dos altos custos e das frustrações acarretadas pelos freqüentes insucessos, estes procedimentos revelam uma nova face da prepotência humana.

Diante disto é preciso lembrar que "o filho não é algo devido e não pode ser considerado como objeto de propriedade: ele é um dom, 'o maior', e o mais gratuito dom do matrimônio [...]"

(DV, II, 8; Catecismo n. 2378). Para nós cristãos toda criança deve ser a expressão do amor entre um homem e uma mulher (DV, II, 4), ao mesmo tempo que é profeta de uma nova humanidade. Essa nova humanidade não vai nascer de laboratórios frios, mas do calor que une os esposos, numa amorosa acolhida à vida que lhes é confiada pelo próprio Deus através dos maravilhosos dispositivos que ele mesmo criou. O direito de ter um pai e uma mãe não significa apenas o direito a pais biológicos: significa também o direito a pais que oferecem um nome, um clima e suas próprias vidas para que essas crianças possam viver no aconchego de um lar. Nesse contexto lembramos a grandeza revelada por aqueles esposos que, tendo ou não filhos biológicos, acolhem em seu seio, como filhos, crianças que de outra forma cresceriam num contexto pouco favorável: "quem recebe um destes pequeninos é a mim que recebe" (Lc 9,48).

3.2.2. Os embriões são revestidos de dignidade

Nos últimos anos representantes de empresas biotecnológicas vêm bombardeando o grande público com uma pergunta capciosa e ambígua sobre o que fazer com os milhares de embriões congelados nos laboratórios. As hipóteses por eles apresentadas são: descartá-los; implantá-los no útero da doadora do óvulo ou de uma mulher qualquer; ou, então, utilizar as células-tronco para, pretensamente, curar pessoas portadoras de doenças genéticas. A falácia dessa argumentação só pode ser devidamente desmascarada à medida que se analisa cada uma das aparentes opções: descartá-los significa considerar os embriões como um simples conglomerado de

células; implantar no útero da doadora do óvulo ou de uma mulher qualquer significa mecanizar a vida; utilizar as células-tronco presentes nesses embriões significa transformar vida nascente em material biológico disponível e descartável.

Apontada a falácia, podemos colocar a verdadeira questão, que é a de "fabricar" embriões, como se fabricam brinquedos ou objetos. Ora, *os embriões não são "material biológico": são seres humanos geneticamente formados*, o que significa que, se nenhum fator estranho interferir nesse processo eles se desenvolverão passando progressivamente a ser fetos, crianças, pessoas adultas. Portanto, os embriões são sujeitos de todo o respeito devido a qualquer pessoa. Por isso, a consciência grita: "*não se produzam mais embriões em laboratório*". A lei que autorizou a utilização "apenas" dos embriões já existentes nos laboratórios peca ou por ingenuidade, ou por malícia. No primeiro caso parece ignorar que os laboratórios de reprodução se tornaram empresas altamente rentáveis, que vivem da produção, reprodução e venda de embriões; no segundo caso parece querer apenas abrir uma primeira porta para depois admitir qualquer procedimento, inclusive clonagem e abortamento.

3.2.3. A vida é um processo contínuo que tem início no momento da fecundação

Para justificar todo tipo de manipulação genética e embrionária, volta-se sempre de novo ao argumento de que o óvulo fecundado ainda não é vida humana. Nessa pressuposição apresentam-se várias teorias sobre início efetivo da

vida humana. Hoje, torna-se sempre mais claro que a vida humana tem início no momento da fecundação ou da concepção. O que ocorre após a fecundação são *desdobramentos*, que, aliás, só terminam na hora da morte. É verdade que o embrião se encontra numa fase inicial da existência. Mas a dignidade não se vincula a esta ou àquela fase da vida: ela é inerente à condição humana. Se assim não fosse, estaríamos abrindo as portas para todo o tipo de arbítrio, onde os mais fortes decidiriam pela sorte dos mais fracos.

Nesse contexto do início da vida humana é muito auspicioso para nós cristãos termos a certeza de que ninguém, em nenhuma situação, é fruto do acaso. Todos somos vocacionados à vida pelo próprio Deus, que nos chama a cada um pelo nome: "e foi-lhe dado o nome de Jesus, como o anjo o havia chamado, antes de ser concebido no ventre materno" (Lc 2,21). Não deixa de ser significativo que a concepção do profeta Jeremias venha assim descrita: "antes mesmo de te formar no ventre materno, eu te conheci; antes que nascesses, eu te consagrei [...]" (Jr 1,5). Mas, com certeza, é na concepção de Jesus o Filho de Deus que se fundamenta a fé que a Igreja cultiva há muitos séculos como um patrimônio sagrado: desde a Anunciação (Lc 1,38), o Verbo de Deus se fez carne e veio morar entre nós (Jo 1,14).

3.3. Iluminando algumas questões recentes

Os últimos decênios foram particularmente ricos no campo das ciências e pesquisas genéticas. Saudamos com alegria

esses resultados que revelam de maneira sempre mais clara as maravilhas da Criação e do Deus criador. Compreendemos que a imprensa venha dando destaque a algumas dessas descobertas e que algumas questões se tornem mais polêmicas. E, movidos pela vontade de contribuir para uma maior clareza, abordamos agora algumas dessas questões mais recentes.

3.3.1. "Sim" às pesquisas com células-tronco adultas

A descoberta das *células-tronco* se constituiu numa das maiores conquistas da genética atual, mas também numa das questões mais complexas e sobre a qual pairam ainda muitas interrogações. São denominadas "tronco" porque elas são "matrizes" que podem ser direcionadas para regenerar e eventualmente produzir determinados tecidos e órgãos. Acontece que existem células-tronco que se confundem com os primeiros desdobramentos após a fecundação de um óvulo: estas são denominadas *embrionárias*; mas existem também células-tronco *adultas ou maduras*, resultantes de etapas posteriores e localizando-se sobretudo no cordão umbilical e na medula óssea. Atualmente, vem se supondo que em todos os tecidos se encontram resquícios de células-tronco embrionárias, responsáveis, talvez, pela reposição de células que continuamente morrem em nosso organismo.

Sobre as *células-tronco embrionárias*, quando retiradas do seu *habitat* natural, o mínimo que se pode dizer é que seu comportamento é descontrolado. De qualquer forma, o certo é que o uso de células embrionárias implica a eliminação do

embrião e por isso mesmo é moralmente inaceitável. Para estudar as células vivas, existe o bem sedimentado caminho da pesquisa em animais, dentro de suas normas específicas.

No que se refere às pesquisas com *células-tronco adultas*, embora ainda em fase experimental, se apresentam como promissoras para a regeneração de tecidos e órgãos e o eventual abrandamento de certos males como diabetes, esclerose múltipla, lúpus, infarto do coração, doença de Chagas, e vários tipos de doenças degenerativas, Alzheimer, Parkinson e vários tipos de distrofias musculares. Por isso mesmo, dentro dos pressupostos usuais da ética, pesquisas com células adultas devem ser incentivadas. Entretanto, mesmo tratando-se de células adultas, como, aliás, todas as outras descobertas, nunca podem ser dispensadas as exigências éticas e o bom senso crítico. *É preciso não confundir primeiras experiências e primeiros resultados com curas de fato*.

Também a tão propalada clonagem terapêutica visando *à criação de tecidos e órgãos* para substituir os transplantes não passa, por ora, de uma hipótese. De qualquer forma continua sendo muito louvável a generosidade daquelas pessoas que oferecendo seus próprios órgãos possibilitam sobrevida a outras. *Buscar a qualidade de vida encontra-se em sintonia com o Evangelho de Jesus Cristo*, que veio para que todos tenham vida e a tenham em abundância (Jo 10,10). Entretanto essa qualidade de vida não pode ser confundida nem com as aparências físicas, nem com o simples bem-estar biológico ou psicológico: a qualidade de vida só se concretiza

quando se conjugam de maneira simultânea e harmoniosa as múltiplas dimensões da vida humana. Devemos buscar não apenas qualidade física de vida mas também realização plena da pessoa. E numa perspectiva de fé, nem as eventuais deficiências ou enfermidades impedem a realização humana, pois esta depende, em última análise, da comunhão profunda que se estabelece entre as pessoas e o Criador. Ninguém jamais esteve mais unido a Deus do que o Cristo no alto da cruz. E é nesta perspectiva que se entende o sentido redentor do sofrimento humano (João Paulo II, *O sentido cristão do sofrimento humano*, 14). Além disso, é preciso ter presente que a *busca da qualidade de vida deve estar subordinada ao princípio da dignidade inviolável da pessoa humana*.

Nascemos para ser felizes (DGAE, n. 74), mas a felicidade plena não existe na vida terrestre, perpassada de contradições e também de contrariedades. É nessa altura que se percebe por que para tantas pessoas hoje é difícil entender o posicionamento da Igreja: somente à luz da fé podemos desmascarar o materialismo reducionista e o ilusionismo dos que pensam num paraíso terrestre e numa espécie de imortalidade terrestre.

3.3.2. "Sim" à vida em todas as etapas e em todas as suas manifestações

Muito se tem discutido sobre a anencefalia nestes últimos tempos. Ninguém pode ficar insensível diante dos sofrimentos de uma mãe que constata estar gestando um embrião anencefálico, como ninguém pode ficar insensível

diante de tantos outros sofrimentos que atravessam a vida de uma pessoa e da humanidade.

Em se tratando de anencefalia, é necessário estar atento à imprecisão conceitual: não se trata de ausência total do cérebro, mas de graus diversos de má-formação do córtex cerebral; também, não se trata de "*nati-mortos*", uma vez que reagem a estímulos e se comportam como os demais nascituros. Apesar disso, a questão relacionada aos anencéfalos é, sem dúvida, emblemática, pois carrega consigo interrogações sobre a vida, sobre a morte e como lidar com anomalias graves. O número de anencefálicos, no Brasil, estaria na ordem de 600 casos anuais. Caberia uma pergunta sobre as razões de um eventual aumento de casos. Parece não se tratar de uma questão estritamente genética: ela remeteria para causas nutricionais (deficiência de ácido fólico) e ambientais, que deveriam ser adequadamente estudadas e eventualmente minimizadas. Políticas públicas de adição desse ácido às farinhas devem ser implementadas e fiscalizadas. Outro aspecto a ser considerado é o fato de tais fetos poderem sentir dor e responder a estímulos, com possível sobrevida de dias e meses. Uma razão a mais para não eliminá-los antecipadamente e, menos ainda, para encará-los de maneira utilitarista como eventual doador de órgãos. Aliás, os próprios critérios de diagnóstico de óbito variam conforme se trata de adultos, de bebês ou de fetos. Com mais razão, é preciso estabelecer critérios adequados para diagnosticar a morte efetiva de um bebê anencefálico.

Embora se fale dos traumas vividos pela mãe, é impos-

sível medir o sofrimento tanto de uma mãe que leva a termo tal gravidez, quanto daquela que resolve abortar. Tanto de um ponto de vista racional, quanto da fé, importa dar apoio a essas mães. Em termos éticos não se pode trabalhar com um mais e um menos: ou se defende a vida e todas as vidas, desde o início até o final, ou se entrega o destino da vida dos outros ao arbítrio de uns poucos.

Nesse tipo de raciocínio é que se percebe a ausência de sensibilidade não apenas para com os dramas da vida como também para com a própria vida. Parece próprio da cultura da morte desviar as atenções dos verdadeiros problemas sociais e morais para trabalhar apenas o ângulo emocional e ainda assim só de uma das partes envolvidas. É necessário observar que a dignidade humana deve ser respeitada em qualquer etapa da vida, seja inicial, seja terminal.

3.3.3. "Sim" à biodiversidade

Outro assunto que provocou grandes discussões nos últimos anos foi o da clonagem. Desde 1997, quando foi produzida a ovelha *Dolly* através de um processo de clonagem, a possibilidade da clonagem humana passou a gerar fundados temores: entrávamos na era da manipulação genética no pior sentido dessa palavra. É verdade que logo se fez a distinção entre clonagem reprodutiva e terapêutica. A primeira seria rejeitada por quase todos; a segunda aceita por muitos. Acontece que, mesmo mantendo-se essa distinção, a clonagem levanta algumas questões que devem ser esclarecidas. Clonar pode

significar a tentativa de padronizar, anular as diferenças entre os seres das mesmas espécies e até de espécies diferentes, numa grave ameaça à biodiversidade. Ora, segundo a Bíblia, a diversidade é uma das expressões mais claras da sabedoria de Deus: num mundo caótico ele introduziu ordem, colocando cada coisa no seu lugar, exatamente pela diversificação. Prolongando essa mesma linha de raciocínio, não é difícil notar uma espécie de "cultura da clonização" na medida em que se estabelecem padrões universais de beleza, de normalidade, de modernidade, de tal forma que quem não se enquadra é tido como anormal. Só se pode falar de normalidade na medida em que são mantidas as diferenças, pois é através delas que cada um se reconhece como original e único.

Há uma segunda observação de fundamental importância dentro do contexto da clonagem, quando associada ao adjetivo "terapêutico". À primeira vista tudo o que é terapêutico é bom. Na realidade esse é um termo carregado ideologicamente, porque invocado com o propósito de justificar o injustificável. Basta pensar em "aborto terapêutico", "esterilização terapêutica", para perceber a ambigüidade do termo. A rigor, a natureza conhece clonagem no âmbito de seres unicelulares, de certas plantas e até no processo do desenvolvimento da vida humana: as células vão se replicando, embora ao mesmo tempo se diferenciando.

No caso da clonagem humana denominada indevidamente de terapêutica, se procede a uma verdadeira clonagem, apenas interrompendo o processo na altura das primeiras divisões celulares, para então colher as células-tronco. Aqui se encontram

ao menos três problemas: 1) como já vimos antes, células embrionárias não se destinam a fins terapêuticos; 2) o processo é o mesmo da clonagem pura e simples, agravado com a eliminação do embrião; 3) a ação de clonar espécies esconde, por vezes, a tentativa de padronizar para melhor comercializar.

Tratando-se de células adultas, é preciso não perder de vista que elas não vão resolver todos os problemas humanos, nem mesmo os ligados à biologia. A complexidade da vida pede atenção para os múltiplos aspectos pressupostos que a constituem. Nada, muito menos a genética, vai suprir o papel exercido pela economia, pela política, pelo saneamento básico, pela educação, pelo cultivo da afetividade e da ternura e pela religião.

É necessário, ainda, um controle social da pesquisa científica. Nem tudo o que é tecnicamente possível é eticamente aceitável. A história mostra como certas pesquisas científicas podem ter conseqüências desastrosas. Basta lembrar a corrida armamentista e o desenvolvimento de armas nucleares, químicas e biológicas. Além disso, o desnível tecnológico entre os povos é causa de novas formas de exclusão.

É preciso, igualmente, dizer *sim ao direito de informação*. A complexidade dos conceitos e dados envolvidos e a gravidade das possíveis conseqüências de decisões, projetos de lei e programas de governo envolvendo as biotecnologias exigem que o povo e os próprios legisladores recebam informação suficiente e adequada sobre o assunto. Infelizmente, não é raro constatar manipulação da informação, por parte

de certos *lobbies*, com a conseqüente deformação da opinião pública.

4. Propostas concretas

Todos temos consciência de estar vivendo um momento histórico único, em termos tanto de conhecimentos quanto de poder no que se refere à vida em suas múltiplas manifestações. Isso é motivo de esperança e alegria para nós. Mas é motivo de preocupação a maneira como a biotecnologia vai sendo conduzida. Daí nossos posicionamentos nem sempre afinados com as idéias que certas empresas querem fazer passar através dos meios de comunicação social. O fato de nos preocuparmos não significa que não estejamos querendo dar nossa contribuição para o verdadeiro progresso. Até pelo contrário: em momentos como estes as maiores contribuições costumam vir de vozes dissonantes, porque traduzem melhor a complexidade de todas as questões. Basicamente nossa colaboração quer se apresentar em três níveis: o das instituições a nós vinculadas, o das instâncias sociais e o da pastoral.

4.1. Às instituições, oferecemos subsídios para cursos de Bioética

São muitas as instituições diretamente ligadas à Igreja Católica que apresentam um grande peso social. Muito mais numerosas ainda são as instituições indiretamente filiadas à Igreja, mas que com elas trabalham na forma das mais di-

versas parcerias. Muitas destas instituições destinam-se ao ensino, em todos os níveis; outras, a serviços sanitários e de caráter social. Em razão da importância e da complexidade da problemática aqui exposta nos propomos a oferecer nossa compreensão de como entendemos o papel da Bioética. Pedimos que nossas universidades católicas invistam o máximo que puderem para que seus cursos de Bioética sejam sempre mais fundamentados nos princípios e valores cristãos. Assim estaremos contribuindo para que todos possam viver melhor o Evangelho da Vida.

4.2. À SOCIEDADE, PROPOMOS DIÁLOGO LEAL

Temos consciência de que o diálogo com a sociedade, mormente com representantes de alguns setores da pesquisa biotecnológica, do poder público, tanto do Executivo como do Legislativo e do Judiciário, não tem sido muito fácil. Como ficou evidenciado, os pressupostos nem sempre são os mesmos. E é para tornar mais compreensíveis nossos pressupostos que estamos oferecendo estas reflexões.

Aos pesquisadores, que com competência e respeito aos princípios éticos buscam promover a vida e a saúde, *queremos deixar nossa palavra de incentivo*. Contudo, solicitamos que, sem deixar de lado a objetividade de suas pesquisas, tenham muito presente que a vida, por definição, é complexa, apresentando muitas facetas diferentes. Pedimos sobretudo que não passem como dados científicos aqueles que ainda não estão devidamente comprovados. As atitudes imorais con-

tinuam anti-éticas, mesmo quando acobertadas por uma lei. Alertamos ainda para os riscos de explorar comercialmente as descobertas e de usar conhecimentos médicos para novos monopólios de serviços.

Aos representantes do Poder Legislativo, que aprovaram a Lei de Biossegurança, pedimos que esta lei volte a ser discutida, pois, como advertem instâncias competentes, verifica-se uma impropriedade em termos tanto de conteúdo quando de forma. De fato, não é admissível que a decisão sobre a vida humana esteja vinculada à já discutida questão dos transgênicos. Pedimos também que recuse qualquer projeto de lei usando a legalização ou descriminalização do aborto. *Ninguém tem o direito de atentar contra a vida, muito menos de um inocente*.

Aos representantes do Poder Judiciário, que se manifestaram a favor da interrupção da gravidez em casos de anencefalia, exortamos que reconsiderem sua posição, uma vez que *ninguém tem competência*, nem legal, nem moral, *para eliminar uma vida inocente*.

Ao Poder Executivo, pedimos que implemente medidas e técnicas para evitar a morte de milhares de crianças. Pedimos também que leve adiante o Projeto de Lei que cria o Comitê Nacional de Bioética para as Ciências da Vida, mas levando-se em conta a milenar experiência religiosa e a presença atuante da Igreja Católica ao longo de toda a história do Brasil.

4.3. Aos agentes de pastoral

Como em outros momentos históricos, onde aconteceram grandes descobertas e se provocaram grandes revoluções, importa que nós, cristãos, nos façamos presentes e atuantes. Como bem frisou a *Gaudium et Spes*, é neste momento que não podemos deixar de nos alegrar com as reais conquistas e lutar para que sejam afastadas certas ameaças. Isso é tanto mais verdadeiro quando o que está em jogo são a própria vida e a dignidade dos seres humanos.

Solicitamos que sejam promovidos encontros de reflexão e aprofundamento, para que todos os fiéis e a população saibam o que está ocorrendo e conheçam claramente a posição do Magistério da Igreja. Para isso é imprescindível uma presença junto aos meios de comunicação social. Nessas ocasiões, alguns valores merecem destaque especial: o cultivo da ternura; a capacidade de admirar as maravilhas da criação; o desenvolvimento de uma consciência crítica que alimente o senso do realismo diante de vãs promessas; o desenvolvimento de uma consciência ecológica no sentido da concatenação de todas as formas de vida; a consciência das limitações próprias da condição humana e do sentido destas limitações e até mesmo do sofrimento; da solidariedade sobretudo para com os mais fracos; o cultivo de uma espiritualidade que ressalte os milagres da vida; a ousadia de se manter fiel aos princípios éticos no momento em que estes estão sendo questionados. É dessa forma que poderemos contribuir eficazmente para

que os avanços dos conhecimentos genéticos e os avanços biotecnológicos sirvam de suporte para um autêntico processo de humanização para todos.

CONCLUSÃO

JESUS CRISTO, ESPERANÇA DA HUMANIDADE

O profetismo da Igreja, anunciando a Boa Nova e a vida plena em obediência ao mandado do Divino Mestre Salvador, exige de seus(suas) discípulos(as) a atitude de permanente docilidade ao Espírito Santo, oração, busca da verdade, discernimento de valores e testemunho de caridade, para oferecer à sociedade hodierna as luzes de que necessita.

No cumprimento desta tarefa evangelizadora e considerando os grandes desafios do nosso tempo, *queremos reafirmar a confiança na presença e ação de Jesus Cristo* — nossa Esperança — que concede sempre à Igreja o Dom do Espírito Santo e a todos oferece a vida plena (cf. Jo 10,10).

Em um mundo que perde suas referências, o Papa João Paulo II, de feliz memória, convida-nos a proclamar:

"Diante da falência das esperanças humanas que, baseando-se em ideologias materialistas, imanentistas e economicistas, pretendem medir tudo em termos de eficiência e relações de poder e de mercado, os Padres Sinodais reafirmaram a convicção de que só a luz do Ressuscitado e o impulso do Espírito Santo ajudam o homem a apoiar as próprias expectativas na esperança que não ilude". Por isso proclamaram: "Não podemos deixar-nos atemorizar pelas

várias formas de negação do Deus vivo, que procuram, mais ou menos abertamente, minar a esperança cristã, fazer dela uma paródia ou escarnecê-la. Confessamo-lo na alegria do Espírito: *Cristo verdadeiramente ressuscitou!* Na sua humanidade glorificada, abriu o horizonte da vida eterna a todos os homens que se convertem" (PG, n. 4).

É nessa perspectiva que saudamos, com alegria e gratidão, o empenho das comunidades em acolher e colocar em prática o projeto "Queremos Ver Jesus" e as orientações das "Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil (2003-2006)", que têm suscitado cada vez mais crescimento na fé, participação comunitária e zelo missionário.

As Diretrizes Gerais procuram conjugar a fidelidade à missão permanente da Igreja na adesão à Tradição recebida e, ao mesmo tempo, a tarefa missionária de anunciar o Evangelho às novas gerações e enfrentar os desafios atuais.

Contemplemos a Virgem Maria, Mãe e discípula fiel de Jesus, que, sempre confiante na graça divina, enfrentou, com coragem e amor, os desafios e padecimentos de sua missão. O enfrentamento das dificuldades e sofrimentos que fazem parte desta vida terrena, à luz da fé, permite, também a nós, associar-nos ao mistério da cruz de Cristo e com ele participar, por amor, das tribulações dos irmãos e irmãs, colaborando assim no projeto divino de misericórdia e salvação.

Para intensificar o empenho evangelizador das comunidades retomamos pontos que explicitam a missão profética da Igreja e *são sinais de esperança* em nosso tempo:

A insistência maior está no testemunho de conversão pessoal e coletiva ao Deus vivo, pelo *encontro pessoal com Jesus Cristo*, seu Filho, "Caminho Verdade e Vida". O "*Ano da Eucaristia*" há de inspirar a crescente participação no sacrifício eucarístico e em todos os atos litúrgicos, a devoção à presença sacramental de Cristo, a espiritualidade de comunhão, a vida comunitária, novo empenho na catequese e o compromisso de amor gratuito e serviço ao próximo.

O *espírito de comunhão* entre ministros ordenados, consagrados, agentes de pastoral e todo o Povo de Deus será a força motora que há de ajudar a Igreja a ser, de fato, testemunha, no coração do mundo, do preceito do Senhor: "Amai-vos uns aos outros como eu vos amo" (Jo 13,35).

É esse espírito de comunhão e acolhida que nos fará ir ao encontro dos que se afastaram, através de visitas e contatos que lhes ofereçam amizade e interesse pelo bem.

Como resposta ao individualismo reinante, procuremos, com novo ardor, formar e desenvolver *comunidades vivas e servidoras* que se alimentem da Palavra de Deus e irradiem a luz do Evangelho na sociedade, multiplicando espaços de presença da Igreja, sobretudo na periferia das grandes cidades.

Reconhecemos com gratidão e alegria a importante contribuição do XI Encontro Intereclesial das Comunidades Eclesiais de Base (julho/2005), que colocou em evidência a espiritualidade libertadora do Evangelho, propondo como lema: "*Seguir Jesus no compromisso com os excluídos*".

Temos de insistir na promoção da "*cultura do amor*

e da solidariedade", oferecendo às culturas os valores do Evangelho que promovam a mudança de mentalidade individualista, a busca da verdade: a justiça social, a partilha, o perdão, a reconciliação e a concórdia. Este mesmo anseio há de unir homens e mulheres na busca incansável da paz, no diálogo ecumênico e inter-religioso.

Unamos nossas forças a serviço da vida humana, dom de Deus. Merece apoio e encorajamento a atuação dos legisladores, assim como dos médicos e enfermeiros, que não medem esforços para preservar e promover a vida desde a sua concepção até o seu termo natural, com especial atenção às crianças e aos idosos.

Na ação evangelizadora, especial atenção seja dada à *juventude*, tanto no meio universitário como nos meios populares urbanos e rurais. Os jovens precisam contar com o apoio das comunidades, descobrir a esperança e serem agentes da nova cultura de solidariedade.

Nas diferentes atuações para responder aos desafios atuais, continuemos reforçando as iniciativas já programadas pela CNBB como as organizadas pelas Pastorais Sociais e o "Mutirão de Superação da Miséria e da Fome". Empenhemo-nos sempre mais para assegurar os direitos das populações indígenas, a solidariedade com os amazônidas conforme o "Mutirão pela Amazônia" e fortalecer o espírito missionário *ad gentes* que tem permitido a presença de missionários brasileiros na África e outras regiões. Necessitam constante

atuação da Igreja os excluídos sociais, tais como os sem-terra, sem-teto, sem-trabalho e a população carcerária.

Diante dos desafios na convivência entre grupos, povos, nações, aprofundemos a relação entre "Fé e Política", tendo presentes os ensinamentos da Doutrina Social da Igreja, cujo "Compêndio", recentemente publicado pelo Pontifício Conselho de Justiça e Paz,* servirá de guia seguro para as comunidades.

As indagações suscitadas pelos desafios atuais e suas variadas interpretações são imediatamente divulgadas pelos *meios de comunicação*. É sinal de esperança o trabalho contínuo da Igreja por meio de seus jornais, revistas, emissoras de rádio e TV, que garantem respostas corretas e acessíveis ao público.

Rogamos a Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, cujo canto do *Magnificat* nos inspira, que nos conceda *novo ardor no exercício de nossa ação evangelizadora*. Acolhamos confiantes a palavra do Papa João Paulo II e de seu sucessor, Papa Bento XVI, que nos encorajam a não ter medo no cumprimento da missão.

Não há por que intimidar-se face às dificuldades. Nunca faltará à Igreja a proteção divina. A graça de Deus alimenta a fé e o amor dos discípulos de Cristo em todas as épocas e os fortalece também hoje para darem, até com o próprio sangue, o testemunho da fidelidade ao Divino Salvador.

A certeza da Palavra de Jesus Cristo sustentará a alegria de nossa Esperança:

"Eis que estou convosco todos os dias até a consumação dos séculos" (Mt 28,20).

SIGLAS

CELAM Conselho Episcopal Latino-Americano

CEPAL Comissão Econômica para a América Latina

CNBB Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

DGAE Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora

DNA Ácido Desoxirribonucléico

DP Documento de Puebla

DV *Donum Vitae*

EA *Ecclesia in America*

EN *Evangelii Nuntiandi*

ES *Eclesiam Suam*

EV *Evangelium Vitae*

FR *Fides et Ratio*

GS *Gaudium et Spes*

HV *Humanae Vitae*

IBGE Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MEB Movimento de Educação de Base

MND *Mane Nobiscum Domine*

NE *Nostra Aetate*

NMI *Novo Millennio Ineunte*

OA *Octogesima Adveniens*

OMC Organização Mundial do Comércio

PG Pastoris Gregis

PNE Projeto Nacional de Evangelização

SD Santo Domingo

UTI Unidade de Tratamento Intensivo

Impresso na gráfica da
Pia Sociedade Filhas de São Paulo
Via Raposo Tavares, km 19,145
05577-300 - São Paulo, SP - Brasil - 2005